

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20250029 – CASA CIVIL**

**PROCESSO Nº 30001.015775/2025-05**

**UASG: 943001**

**Número Comprasnet: 91366/2025**

A Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

**1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA**

1.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO** por ITEM, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2. O modo de disputa será **ABERTO E FECHADO**.

**2. DA FORMA DE FORNECIMENTO**

2.1. A forma de fornecimento será **integral**.

**3. DA BASE LEGAL**

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 27.624, de 22 de novembro 2004, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**4. DO OBJETO**

4.1. O objeto da licitação é a aquisição de 02 (duas) unidades de veículos tipo van furgão com adaptações especiais, destinadas à implantação de unidades móveis de atendimento e inclusão social, com infraestrutura física e tecnológica adequada ao atendimento itinerante de políticas públicas, especialmente voltadas a ações de cidadania, acessibilidade e inclusão, no âmbito do Programa Integrado de Prevenção e Redução de Violência – PReVio, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO**

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios [www.portalcompras.ce.gov.br](http://www.portalcompras.ce.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro **Ciriaco Barbosa Damasceno Neto**

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 31259389 e pelo e-mail: [licitacao@pge.ce.gov.br](mailto:licitacao@pge.ce.gov.br).

**6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME**

**6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 21/05/2026.**

**6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02/06/2026, às 9h.**

**6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 02/06/2026, às 9h.**

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48 h a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

**7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES**

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811 – 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8 h às 12 h e das 14 h às 18 h.

## **8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

30100014.14.422.169.12248.03.449052.1.754.3220059.1.4.01

30100014.14.422.169.12248.03.449052.2.754.3220059.1.4.01

8.2.1. Gestão/Unidade: 30100014;

8.2.2. Fonte de Recursos: 754;

8.2.3. Programa de Trabalho: 169;

8.2.4. Elemento de Despesa: 449052;

## **9. DA PARTICIPAÇÃO**

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº123/2006.

### **9.5. Não poderão disputar esta licitação:**

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresa estrangeira não autorizada a comercializar no país;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [licitacao@pge.ce.gov.br](mailto:licitacao@pge.ce.gov.br), até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotora da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## **11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação, conforme §§ 5º e 6º do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, possui caráter sigiloso e sua divulgação somente ocorrerá após o encerramento da fase de julgamento das propostas, ou quando encerrado a etapa de lances os preços permanecerem acima do valor estimado.

11.2. Os riscos a serem suportados pelo contratante e contratado se encontram descritos no subitem 2.5 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

## **12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Para efeito de julgamento das propostas eletrônicas, o valor a ser informado no sistema eletrônico, pelos licitantes situados no Estado do Ceará, será o valor deduzido do percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), correspondente à média das diferenças de alíquotas interestaduais do ICMS, nos termos do disposto no Decreto Estadual nº 27.624/2004.

12.3.1. A dedução acima referida não se aplica ao fornecimento de produtos isentos e não tributados, e, na hipótese de a alíquota interna ser inferior ao percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), devendo neste caso, ser aplicado o percentual correspondente à alíquota cobrada.

12.4. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

12.4.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.4.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.5. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.4 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.6.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.6.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.6.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.6.4.

12.6.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.6.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.6.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.7. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.6.1 ao 12.6.6, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste edital.

12.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.



12.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

### **13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema, tais como: valor unitário e total; marca/fabricante; modelo/versão; descrição detalhada do objeto, contendo a especificação do Termo de Referência.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação readequada.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

### **14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

14.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5,00 (cinco reais), utilizando como referência o valor unitário do item.

14.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.10 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.13. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.13.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.13.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.13.3.

14.13.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

14.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.21. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.22.2. Empresas brasileiras;

14.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.23. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024 Plenário.

14.23.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.24.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.27. Nos termos do Decreto Estadual nº 27.624/2004, o licitante melhor classificado situado no Estado do Ceará deverá apresentar a proposta com o valor acrescido do diferencial referido no subitem 12.3, mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$VFP = \frac{VPV}{0,925}$$

Onde:

VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento);

VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema;

0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), que foram deduzidos antes da disputa.

## 15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral(CRC)CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas(CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas(CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.26 deste edital.

15.4.1. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.4.2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

### 15.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.7.1. Contiver vícios insanáveis;

15.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

15.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.7.6. Não apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o edital, quando exigida;

15.7.7. Contiver item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo, quando houver agrupamento de itens.

15.8. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.9. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



## **16. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.8.1. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

## **17. DOS RECURSOS**

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

### **Palácio da Abolição – Casa Civil**

Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles • CEP: 60.120-013  
Fortaleza / CE • Fone: (85) 3466.4000

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

## **18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1.1. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 1% (um por cento) do valor do contrato licitado.

18.4.1.2. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

### **Palácio da Abolição – Casa Civil**

Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles • CEP: 60.120-013

Fortaleza / CE • Fone: (85) 3466.4000

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.10. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

## **19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

## **20. DA CONTRATAÇÃO**

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

20.3. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.4. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.5. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas respectivamente nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

### **20.6. Da Subcontratação**

20.6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

### **20.7. Da Garantia contratual**

20.7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

## **21. DAS PRÁTICAS PROIBITIVAS**

21.1. O Banco exige que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras e Agências Contratantes, bem como, todas as empresas, entidades ou indivíduos que estejam atuando como proponentes ou participando de atividades financiadas pelo Banco incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores de bens e concessionários (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), aderem os mais altos padrões éticos e denunciem ao Banco qualquer ato suspeito de Práticas Proibidas sobre as quais tenham conhecimento ou venham tomar conhecimento tanto durante o processo de licitação e durante a negociação ou na execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem: (i) práticas corruptas; (ii) práticas fraudulentas; (iii) práticas coercitivas; (iv) práticas colusivas; (v) práticas obstrutivas e (vi) apropriação indébita. O Banco estabeleceu mecanismos para denunciar suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser encaminhada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também tem adotado

procedimentos de sanções para julgar casos. Além disso, o Banco firmou com outras Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) um acordo de reconhecimento mútuo de decisões de exclusão.

(a) O Banco define, para os fins desta disposição, os seguintes termos:

(i) uma *prática corrupta* consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(ii) uma *prática fraudulenta* é qualquer ato ou omissão, incluindo a tergiversação de fatos ou circunstâncias que deliberada ou imprudentemente engane ou tente enganar, uma parte para obter um benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar cumprir uma obrigação;

(iii) uma *prática coercitiva* consiste em prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma *prática colusiva* é um acordo entre duas ou mais partes com o intuito de alcançar um propósito impróprio, inclusive influenciar inapropriadamente as ações de outra parte;

(v) Uma *prática obstrutiva* é:

- i. destruir, falsificar, alterar ou ocultar evidências significativas de uma investigação do Grupo BID ou prestar declarações falsas aos investigadores com a intenção de obstruir uma investigação do Grupo BID;
- ii. ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte interessada para impedi-la de revelar seu conhecimento sobre assuntos relevantes para uma investigação do Grupo BID ou ao seu prosseguimento; ou
- iii. atos que visem impedir o exercício dos direitos contratuais de auditoria ou inspeção do Grupo BID previstos nas IAL 1.1 (f) abaixo ou seus direitos de acesso à informação; e

(vi) uma *apropriação indébita* consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito impróprio ou não autorizado, cometido intencionalmente ou por negligência grave.

(b) Se o Banco determinar que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou indivíduo que concorra ou participe de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita) envolvidos em uma Prática Proibida, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma recomendação de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços correlatos financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um funcionário, agente ou representante do Mutuário, da Agência Executora ou Agência Contratante se envolveu em Prática Proibida;

(iii) declarar a Aquisição Viciada (*Misprocurement*) e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento da parte do empréstimo ou da doação destinada a um contrato, quando houver evidências de que o representante do Mutuário ou do Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, fornecer a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;

(iv) emitir uma advertência à empresa, entidade ou indivíduo através de uma carta formal de censura por sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou indivíduo é inelegível, permanentemente ou por um prazo determinado, para: (i) receber ou participar em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) ser designado como subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de uma empresa elegível à qual tenha sido adjudicado um contrato financiado pelo Banco;



- (vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes, encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou
- (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas sob as circunstâncias, incluindo a imposição de multas que representem o reembolso do Banco pelos custos associados às investigações e procedimentos. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções mencionadas acima.
- (c) As disposições dos incisos (i) e (ii) das IAL 1.1 (b) serão aplicadas, também, quando tais partes tiverem sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, enquanto aguardam a decisão definitiva de um processo de sanção ou de qualquer outra resolução.
- (d) A imposição de qualquer ação a ser tomada pelo Banco de acordo com as disposições acima mencionadas, será pública.
- (e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que concorra ou participe de uma atividade financiada pelo Banco incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratante (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), podem estar sujeitos a sanções baseadas nos acordos que o Banco possa ter com outras IFIs em relação ao reconhecimento mútuo de decisões de exclusão. Para fins deste parágrafo, o termo “sanção” incluirá qualquer exclusão, condições sobre futuras contratações ou qualquer ação divulgada publicamente em resposta a uma violação da estrutura aplicável de uma IFI para tratar de alegações de Práticas Proibidas.
- (f) O Banco exige que seja incluída uma disposição nos documentos de licitação e nos contratos financiados com um empréstimo ou doação do Banco, exigindo que os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários, permitam que o Banco inspecione todas e quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de ofertas e execução de contrato bem como que sejam auditados por auditores nomeados pelo Banco. No âmbito desta política, os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários devem prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco terá também o direito de requerer que, nos contratos por ele financiados com um empréstimo ou doação incluam uma disposição que obrigue os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários a: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam quaisquer documentos necessários à investigação de alegações de Práticas Proibidas; e assegurem que funcionários ou agentes dos requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços ou concessionários que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às questões dos funcionários do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor relacionado com a investigação devidamente designado. Caso o requerente, licitante, proponente, fornecedor de bens e seus agentes, empreiteiro, consultor, funcionários, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário se recusem a cooperar e/ou descumpram o exigido pelo Banco ou obstruam de qualquer forma, a investigação, o Banco, a seu critério exclusivo, pode tomar as medidas apropriadas contra o requerente, licitante, proponente, fornecedor de bens e seus agentes, empreiteiro, consultor, funcionários, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário.
- (g) O Banco exigirá que, quando um Mutuário selecionar uma agência especializada para fornecer serviços de assistência técnica, todas as disposições relacionadas às Práticas Proibidas e as sanções correspondentes, serão aplicadas integralmente aos requerentes, licitantes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços ou fornecedores de bens, (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), ou qualquer outra entidade que tenha assinado contratos com essa agência especializada para fornecer bens ou prestar serviços correlatos relacionados com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco mantém o direito de exigir que o Mutuário invoque recursos tais como suspensão ou extinção. As agências especializadas deverão consultar a lista do Banco de empresas e indivíduos suspensos ou excluídos. No caso de uma agência especializada assinar um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou com um indivíduo suspenso ou excluído pelo Banco, o Banco não financiará as despesas relacionadas e aplicará outras medidas conforme apropriado.

21.2 Com a concordância específica do Banco, além da Lista do Banco de Empresas e Indivíduos Sancionados, o Mutuário pode introduzir, nos formulários da Oferta e para contratos financiados pelo Banco, um compromisso do



Licitante de observar, ao concorrer e executar um contrato, as leis e o sistema de sanções do país contra Práticas Proibidas (incluindo suborno) e os regulamentos e sanções de um organismo de desenvolvimento multilateral/bilateral ou organização internacional, atuando como cofinanciador, relacionados a práticas proibidas, se aplicável, conforme listado nos documentos de licitação. O Banco aceitará a introdução de tal compromisso a pedido do país Mutuário, desde que as disposições que regem tal requisito sejam satisfatórias para o Banco).

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

22.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

22.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

22.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

22.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, 11 de maio de 2026.

Ordenador(a) de Despesas

Analizado e aprovado o processo da contratação pela assessoria jurídica

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 30001.015775/2025-05

UNIDADE REQUISITANTE: Casa Civil do Governo do Estado do Ceará

### 1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de 02 (duas) unidades de veículos tipo van furgão com adaptações especiais, destinadas à implantação de unidades móveis de atendimento e inclusão social, com infraestrutura física e tecnológica adequada ao atendimento itinerante de políticas públicas, especialmente voltadas a ações de cidadania, acessibilidade e inclusão, no âmbito do Programa Integrado de Prevenção e Redução de Violência – PreVio, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, com a forma de fornecimento INTEGRAL.

### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

VEÍCULO TIPO UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO COM ACESSIBILIDADE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1.	Veículo tipo unidade móvel de atendimento administrativo com acessibilidade: Veículo tipo Van Furgão com PBT mínimo de 3500 kg homologados, adaptado, zero-quilômetro, e modelo não inferior à data da contratação cor com padronização visual do Governo do Estado do Ceará, com porta lateral corrediça, Central multimídia Touchscreen de 8" com Android Auto e Apple Carplay no mínimo 02 alto-falantes e tweeters, entrada USB, computador de bordo conectividade e equipado com câmera de ré com sensor de estacionamento e cinto de 03 pontos para os ocupantes dos assentos da cabine principal, com adaptação constituída de Rampa para gerador e elevador p/ cadeira de rodas ou dispositivo para transposição de fronteira com acionamento por controle remoto, sistema de elevação elétrico e/ou hidráulico e sistema manual para o acionamento de emergência, direção hidráulica/elétrica ou superior; vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras; travas elétricas nas portas; jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete na cabine do motorista; motor de, no mínimo, 150 CV, combustível diesel; ar-condicionado (cabine e salão) de fábrica; todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; documentação emplacamento e (licenciamento) em nome do ente; garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo as revisões obrigatórias durante o período da garantia. (ano/modelo não inferior a 2026/2027 (modelo no mínimo 2026)	Unidade (Un)	02

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 34.450/2021.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

#### 2.4. Da especificação detalhada

##### 2.4.1. Veículo:

##### 2.4.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES:

2.4.2.1. Veículo misto de carga leve e passageiro — utilitário tipo furgão, Teto alto, novo (0 km) — ano de fabricação 2026/2027 (modelo no mínimo 2026), com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CNT.

##### 2.4.3. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS:

2.4.3.1. Veículo tipo unidade móvel de atendimento administrativo com acessibilidade: Veículo tipo Van Furgão com utilização de pilotagem com Carteira Nacional de Habilitação e PBT mínimo de 3500 kg homologados, adaptado, zero-quilômetro, ano/modelo não inferior a 2026/2027 (modelo no mínimo 2026) cor com padronização visual do Governo do Estado do Ceará, com porta lateral corrediça, Central multimídia Touchscreen de 8" com Android Auto e Apple Carplay no mínimo 02 alto-falantes e tweeters, entrada USB, computador de bordo, conectividade e equipado com câmera de ré com sensor de estacionamento e cinto de 03 pontos para os ocupantes dos assentos da cabine principal.

##### 2.4.4. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

#### Palácio da Abolição - Casa Civil

Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles • CEP: 60.120-013

Fortaleza / CE • Fone: (85) 3466.4000

- 2.4.4.1. Motor: Motor a diesel no mínimo 2.0 com no mínimo 150 cv e torque mínimo 37,0 kgfm;
- 2.4.4.2. Freio: Freio hidráulico de duplo circuito com servo de pressão, freio a disco, no mínimo nas rodas dianteiras, com discos frontais auto-ventilados; Tecnologia e sistemas de segurança e pilotagem: Sistema ABS (sistema antibloqueio de freios) nas 04 (quatro) rodas; Sistema de controle de tração, controle de vento lateral e estabilidade; Sistema de freio de emergência; Sistema de distribuição eletrônica de força de frenagem; Sistema para carga Adaptativo;
- 2.4.4.3. Suspensão: Suspensão dianteira: independente, com conjunto de molas transversais parabólicas; Amortecedores dianteiros: amortecedor hidráulico de duplo efeito; Suspensão traseira: Rígida com molas parabólicas e amortecedores pressurizados; Barras estabilizadoras: dianteira e traseira. Rodas e Pneus:
- 2.4.4.4. Rodas: Aço 6,5x16 (incluindo o estepe);
- 2.4.4.5. Pneus: Pneus 235/65R16 (incluindo o estepe); Tração traseira, podendo ser simples ou com dupla rodagem;
- 2.4.4.6. Dimensões (com variação de 10% para mais e 10% para menos): Capacidade volumétrica de carga igual a 13,8 m<sup>3</sup>; Porta lateral corredeira com no mínimo de 1800 mm de altura e 1300 mm de largura; Altura interna mínima de 2100 mm; Porta traseira com abertura de 270°;
- 2.4.4.7. Direção: Hidráulica ou Elétrica ou superior, original de fábrica
- 2.4.4.8. Transmissão automática preferencial, mas não obrigatória;
- 2.4.4.9. Dimensões externas (com variação de 10% para mais e 10% para menos): Comprimento total: 5981 mm; Largura total com/sem espelhos: 2474 / 2059 mm; Altura mínima: 2769 mm;
- 2.4.4.9.1 Distância de entre eixos: variando entre 3450 a 4325 mm;
- 2.4.4.10. Dimensões internas (com variação de 10% para mais e 10% para menos): Zona de carga — comprimento: 3494 mm; Zona de carga — largura: 1784 mm; Zona de carga — largura entre caixas de roda: 1392 mm; Zona de carga altura: 2025 mm; Altura de carga (carregado/descarregado): 609/ 692 mm;
- 2.4.4.11. Outros Itens: Airbag duplo (motorista e passageiros); Ar Condicionado cabine principal original de fábrica; Volante multifuncional; Volante escamoteável, com ajuste de altura e profundidade; Conjunto elétrico original de fábrica (vidros elétricos, espelhos retrovisores elétricos com aquecimento, travamento central das portas por controle remoto); Faróis de neblina; Estribos laterais originais de fábrica; Alarme sonoro, por distanciamento e sensibilidade; Luzes de circulação diurna acionadas automaticamente; Localização/ GPS; Tacógrafo digital aferido por órgão competente; Tapetes original na cabine principal; Banco do motorista e dos passageiros em tecido, individuais, reclináveis. Equipamentos obrigatórios: triângulo, macaco hidráulico, chave de rodas, pneu sobressalente (estepe), extintor de incêndio e outros que constarem no manual do veículo exigidos pelo CONTRAN. Obs. Todos os itens acima especificados devem ser de série e/ou opcionais de fábrica do veículo. Do detalhamento das adaptações conforme projeto e layout definitivo fornecido pelo Órgão posteriormente ao licitante ganhador.
- 2.4.5. O veículo deverá ser entregue com tanque cheio, emplacado, com emplacamento em nome do órgão solicitante.

## **2.4.6. Adaptação:**

### **2.4.6.1. Revestimento das paredes e teto.**

- 2.4.6.1.2. O revestimento das laterais e do teto do interior do veículo será composto por painéis de ACM (Aluminum Composite Material) na cor branca, com acabamento liso e brilho. Esse material, reconhecido por sua leveza e resistência, proporciona um ambiente moderno e visualmente agradável, cobrindo integralmente todas as áreas internas, incluindo laterais e teto, assegurando uniformidade e proteção em toda a área de atendimento
- 2.4.6.1.3. Para aumentar o conforto térmico e acústico, será instalado um isolamento termoacústico Poliisocianurato (PIR) entre a lataria do veículo e as placas de ACM. Esse isolamento reduz a transferência de calor e ruído entre o ambiente externo e o interior, criando um espaço mais confortável e aprimorando a privacidade e a qualidade do atendimento.
- 2.4.6.1.4. O ACM utilizado será autolimpante, facilitando a manutenção e permitindo que o ambiente se mantenha visualmente limpo por longos períodos. Além disso, o material será resistente a processos de limpeza e desinfecção, suportando o uso de produtos variados sem sofrer desgaste ou alterações em sua superfície, uma característica essencial para ambientes que exigem alto padrão de higiene.
- 2.4.6.1.5. Outro diferencial será a propriedade retardante de chama do ACM, que aumentará a segurança dos ocupantes em situações de exposição ao calor ou risco de incêndio. O revestimento será dimensionado de forma precisa para cobrir toda a área interna do veículo, evitando qualquer área exposta, assegurando um acabamento estético e funcional.

- 2.4.6.1.6. Material do revestimento interno: ACM (Aluminum Composite Material) com espessura mínima de 3 mm.
- 2.4.6.1.7. O material do revestimento interno deve possuir espessura das lâminas de alumínio de 0,30 a 0,50 mm.
- 2.4.6.1.8. O material do revestimento interno deve ter peso de 7,42 kg/m<sup>2</sup>
- 2.4.6.1.9. O material do revestimento interno deve apresentar momento de inércia de 1,75 cm<sup>3</sup>/m
- 2.4.6.1.10. O material do revestimento interno deve possuir rigidez de 2400 kNcm<sup>2</sup>/m
- 2.4.6.1.11. O material do revestimento interno deve ser fabricado em liga/tempera de alumínio das séries 3000 e 5000
- 2.4.6.1.12. O material do revestimento interno deve ter módulo de elasticidade de 70.000 N/mm<sup>2</sup>
- 2.4.6.1.13. O material do revestimento interno deve ter tensão de ruptura do alumínio de Rm 165 N/mm<sup>2</sup>
- 2.4.6.1.14. O material do revestimento interno deve possuir limite de escoamento 0,2% do alumínio de Rp 135 N/mm<sup>2</sup>
- 2.4.6.1.15. O material do revestimento interno deve apresentar alongamento de A50 3%
- 2.4.6.1.16. O material do revestimento interno deve possuir expansão linear térmica de 2,4 mm/m a cada 100 0 C de diferença.
- 2.4.6.1.17. O material do revestimento interno deve conter um composto retardante à chama não halógeno de resinas poliolefinicas e carga inorgânica
- 2.4.6.1.18. O material do revestimento interno deve ter densidade de 1,670 g/cm<sup>3</sup>.
- 2.4.6.1.19. O material do revestimento interno deve atender à classificação de retardo de chama II-A, conforme NBR 9442
- 2.4.6.1.20. O material do revestimento interno deve ser branco, com acabamento liso e brilho
- 2.4.6.1.21. O material do revestimento interno deve ser autolimpante, resistente a produtos de limpeza e desinfecção, suportando o uso de produtos variados sem desgaste ou alterações na superfície
- 2.4.6.1.22. O material do revestimento interno deve possuir propriedades retardantes de chama, aumentando a segurança contra incêndios.
- 2.4.6.1.23. O material complementar ao revestimento interno deve ser de poliisocianurato (PIR) com espessura mínima de 25 mm e densidade de 36 kg/m<sup>3</sup>
- 2.4.6.1.24. O material complementar ao revestimento interno deve ser aplicado de forma contínua entre a estrutura metálica do veículo e o ACM, garantindo uma barreira termoacústica eficiente
- 2.4.6.1.25. O material do revestimento interno deve cobrir integralmente todas as áreas internas do veículo, incluindo laterais e teto, assegurando uniformidade e evitando áreas expostas.
- 2.4.6.1.26. O material do revestimento interno e o isolamento devem proporcionar redução significativa de calor e ruído, oferecendo maior conforto térmico e acústico para os ocupantes.
- 2.4.6.1.27. O material do revestimento interno deve ser de fácil manutenção, com ambiente visualmente limpo e preservado por longos períodos.
- 2.4.6.1.28. O conjunto de revestimento interno e isolamento deve criar um acabamento de alta qualidade, seguro, confortável e esteticamente agradável para os atendimentos no veículo.

#### **2.4.6.2 Revestimento do piso**

- 2.4.6.2.1. O revestimento do piso deve ser construído com materiais resistentes, duráveis e de fácil limpeza, criando um ambiente interno higiênico, seguro e confortável para usuários e atendentes. Deve oferecer resistência ao desgaste diário, abrasão, proliferação de bactérias e ruídos, além de possuir características antiderrapantes e ser de fácil manutenção. O conjunto do revestimento deve ser funcional e ideal para ambientes de atendimento móveis.
- 2.4.6.2.2. O revestimento de piso do interior do veículo deve ser construído com um material resistente e de fácil limpeza.
- 2.4.6.2.3. O revestimento de piso deve possuir uma base em compensado naval de 15 mm de espessura, garantindo durabilidade e estabilidade.
- 2.4.6.2.4. O revestimento de piso deve incluir um acabamento em piso vinílico de alta qualidade com espessura mínima de 2 mm, aplicado sem emendas ou juntas visíveis.
- 2.4.6.2.5. O piso vinílico do revestimento deve apresentar estabilidade dimensional de no máximo ±0,05% em (L) e no máximo ±0,10% em (W)
- 2.4.6.2.6. O revestimento de piso deve atender à classificação de aplicação 34/43 sendo adequado para uso em áreas de tráfego intenso.

2.4.6.2.7. O revestimento de piso deve possuir magnitude de depressão de 0,48% e depressão residual de 0,03 mm

2.4.6.2.8. O piso vinílico deve conter uma camada de abrasão de 0,7 mm, garantindo resistência ao desgaste

2.4.6.2.9. A massa total por unidade de área do piso vinílico deve ser de 2,8 g/m<sup>2</sup>

2.4.6.2.10. O piso vinílico do revestimento deve ser de fácil higienização e evitar o acúmulo de sujeira em fendas, promovendo um ambiente mais higiênico e seguro.

2.4.6.2.11. O piso vinílico do revestimento deve possuir características antiderrapantes, proporcionando maior segurança aos ocupantes durante o atendimento e deslocamento do veículo

2.4.6.2.12. O piso vinílico do revestimento deve ser resistente à abrasão e ao desgaste diário, mantendo o aspecto estético e funcional mesmo com uso intensivo.

2.4.6.2.13. O piso vinílico do revestimento deve contar com tratamento nano especial de prata, garantindo excelente resistência à proliferação de bactérias para maior proteção.

2.4.6.2.14. O revestimento do piso deve possuir cobertura PIJ, facilitando a limpeza e manutenção do ambiente.

2.4.6.2.15. As emendas do revestimento de piso devem ser soldadas a quente, garantindo a selagem completa e evitando a proliferação de bactérias

2.4.6.2.16. O revestimento de piso deve atender à classificação de reação ao fogo conforme as normas brasileiras ABNT NBR 8660 (Revestimento de piso – determinação da densidade crítica de fluxo de energia térmica) e ABNT NBR 9442 (Materiais de construção – determinação do índice de propagação superficial de chama pelo método do painel radiante), garantindo maior segurança contra incêndios.

2.4.6.2.17. Durante a instalação do revestimento de piso, deve ser aplicada uma fita acústica nas bordas, contribuindo para a redução de ruídos e vibrações no veículo

2.4.6.2.18. O conjunto do revestimento de piso deve proporcionar um ambiente interno mais silencioso e confortável para usuários e atendentes

2.4.6.2.19. O revestimento de piso deve oferecer durabilidade, segurança, conforto acústico e proteção antibacteriana.

2.4.6.2.20. O revestimento de piso deve ser funcional, fácil de manter e ideal para ambientes de atendimento móveis.

#### **2.4.7. Divisória:**

2.4.7.1. A estrutura divisória da van deve ser projetada para separar o compartimento de escritório do espaço técnico na parte traseira do veículo. Sua principal função deve ser garantir a total segregação entre as duas áreas, criando um ambiente fechado e isolado no escritório, permitindo condições ideais para a refrigeração

2.4.7.2. A divisória deve ser construída com materiais de alta resistência e durabilidade, como compensado naval revestido com laminado melamínico ou painéis de ACM (alumínio composto). Esses materiais devem oferecer superfícies livres de rebarbas, fissuras, ondulações, bolhas, riscos, lascas ou deformações visíveis, facilidade de limpeza e resistência a impactos, manchas e desgaste. Além disso, a divisória deve harmonizar-se esteticamente com o revestimento das laterais e do teto da van

2.4.7.2. O design da divisória deve ser planejado para otimizar o desempenho do sistema de climatização no escritório, minimizando a troca de calor entre os compartimentos e garantindo uma temperatura estável e confortável. Essa solução deve atender a aplicações que demandam um ambiente controlado, como escritórios móveis, laboratórios ou unidades de atendimento.

2.4.7.3. A divisória deve incluir funcionalidades práticas, como uma bancada de trabalho, armários, gavetas e espaço dedicado para equipamentos como frigobar, micro-ondas e outros dispositivos. Na área técnica, devem ser previstos compartimentos organizados para armazenamento de bagagens, instalação de geradores e sistemas elétricos, assegurando funcionalidade e eficiência no uso do espaço

2.4.7.4. A divisória no interior da van deve ser composta por compensado naval de 15 mm de espessura, revestido com laminado melamínico de alta durabilidade.

2.4.7.5. Como alternativa, a divisória pode ser composta pelo mesmo ACM utilizado no revestimento lateral e no teto da van, garantindo uniformidade estética e funcionalidade

2.4.7.6. O laminado melamínico utilizado deve possuir resistência ao desgaste conforme norma ISO 4586-1/2, suportando no mínimo 1000 ciclos de abrasão com lixa normatizada.

2.4.7.7. O revestimento deve apresentar resistência a manchas, atendendo ao aspecto mínimo dos Grupos I 2, 3 e 4 definidos pela norma ISO 4586-1/2, para agentes químicos específicos.



- 2.4.7.8. Deve suportar resistência à alta temperatura conforme norma ISO 4586-1/2, garantindo aspecto intacto quando submetido a uma panela quente durante dois minutos
- 2.4.7.9. O laminado deve ser lavável, atendendo no mínimo a 25 ciclos
- 2.4.7.10. O revestimento deve garantir resistência a impacto com valores mínimos de 508 mm para laminados de 0,8 mm de espessura
- 2.4.7.11. Deve possuir resistência à luz de xenônio, com padrão LAN mínimo de 6, conforme norma ISO 4586-1/2, garantindo baixa alteração de cor após exposição prolongada
- 2.4.7.12. Todo o compensado naval ou ACM deve ser revestido nas cores indicadas no layout do edital, garantindo uniformidade estética.
- 2.4.7.13. Na região interna da divisória deve possuir uma bancada com profundidade mínima de 500 mm, altura entre 700 mm e 900 mm, e comprimento ajustado à largura interna útil da van.
- 2.4.7.14. Abaixo da bancada da divisória deve haver um espaço adequado para a instalação do frigobar, conforme especificações do edital
- 2.4.7.15. Ao lado do frigobar devem ser instaladas no mínimo três gavetas confeccionadas em compensado naval ou ACM, com revestimento liso e higiênico, para garantir fácil manutenção e maior durabilidade
- 2.4.7.16. Acima da bancada da divisória deve ser instalado um armário com profundidade mínima de 500 mm, altura mínima de 300 mm, e largura compatível com as dimensões internas da van
- 2.4.7.17. No espaço reservado para o frigobar, a divisória deve conter uma tomada de 3 pinos (220 V) com 1 módulo.
- 2.4.7.18. No centro da bancada da divisória deve ser instalada uma tomada com 3 módulos, destinada à conexão de uma impressora, uma cafeteira e um micro-ondas
- 2.4.7.19. Na área técnica da divisória, acessada pela porta traseira da van, deve haver três compartimentos distintos.
- 2.4.7.20. O primeiro compartimento técnico da divisória deve ser destinado a bagagens, com capacidade para, pelo menos, quatro malas de 20"
- 2.4.7.21. O segundo compartimento técnico da divisória deve ser destinado ao gerador especificado no edital, incluindo uma rampa para facilitar sua descida.
- 2.4.7.22. O terceiro compartimento técnico da divisória deve ser destinado ao quadro elétrico e à condensadora do sistema de refrigeração do escritório.
- 2.4.7.23. A profundidade da área técnica da divisória deve variar entre 500 mm e 1000 mm, conforme as necessidades específicas de instalação
- 2.4.7.24. As arestas e junções da divisória devem ser projetadas de maneira a evitar formas pontiagudas, aumentando a segurança e facilitando a limpeza do local.

#### **2.4.8. Mesa de atendimento:**

- 2.4.8.1. A mesa de atendimento deve ser um componente funcional e ergonômico, posicionado estrategicamente junto à porta lateral do compartimento utilitário da van, otimizando o fluxo de atendimento. Deve oferecer uma superfície de trabalho robusta e estável, com dimensões que permitam o posicionamento confortável do atendente e o uso eficiente de equipamentos. A mesa deve integrar soluções para organização de cabos e conexão de dispositivos eletrônicos, além de atender aos padrões de segurança e ergonomia estabelecidos pela norma NBR 13962
- 2.4.8.2. O material base deve ser MDF revestido com fórmica, garantindo durabilidade e resistência
- 2.4.8.3. O tampo da mesa deve ter espessura mínima de 25 mm, assegurando robustez e estabilidade.
- 2.4.8.4. O acabamento do tampo deve ser melamínico em padrão amadeirado, com tonalidade e textura uniformes, livres de bolhas, riscos, manchas, descolamentos ou irregularidades perceptíveis, assegurando aparência harmônica, sóbria e compatível com ambientes corporativos.
- 2.4.8.5. A profundidade do tampo da mesa deve ser de no mínimo 600 mm, oferecendo espaço suficiente para trabalho
- 2.4.8.6. A mesa deve possuir pelo menos dois pés fechados e retangulares, garantindo estabilidade e segurança
- 2.4.8.7. A altura da superfície de trabalho deve ser de 73 cm em relação ao assoalho, com uma variação permitida de  $\pm 3$  cm para ajustes ergonômicos
- 2.4.8.8. O comprimento útil da mesa deve ser de no mínimo 80 cm, permitindo o uso eficiente do espaço
- 2.4.8.9. Deve ser permitida a adição de um complemento articulado para a mesa, caso necessário, desde que preserve uma passagem mínima de 60 cm, garantindo a mobilidade do atendente.

#### **Palácio da Abolição - Casa Civil**

Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles • CEP: 60.120-013  
Fortaleza / CE • Fone: (85) 3466.4000

2.4.8.10. A orientação da mesa deve ser tal que o atendente fique voltado para a dianteira do veículo, otimizando o layout para o atendimento.

2.4.8.11. Deve haver uma caixa de tomadas embutida na mesa, com dimensões mínimas de 80 x 50 mm

2.4.8.12. A caixa de tomadas deve ser equipada com três tomadas de IOA (padrão 3 pinos) para alimentação de equipamentos

2.4.8.13. A caixa de tomadas deve possuir uma entrada USB para carregamento de dispositivos.

2.4.8.14. Toda a estrutura da mesa deve estar em conformidade com os requisitos da norma NBR 13962, garantindo os padrões de segurança, ergonomia e funcionalidade.

#### **2.4.9. Quadro elétrico:**

2.4.9.1. O quadro elétrico central deve ser o ponto de distribuição e proteção dos circuitos elétricos da unidade móvel, garantindo a segurança e o funcionamento adequado de todos os equipamentos elétricos. Deve estar posicionado na parte traseira do veículo, no compartimento técnico, e ser construído com materiais resistentes e duráveis, suportando as condições operacionais de um veículo em movimento. A organização interna deve permitir fácil acesso para manutenção e inspeção, seguindo as normas de segurança

2.4.9.2. O quadro deve ser construído em material metálico de alta resistência, suportando as vibrações e impactos do transporte

2.4.9.3. O quadro deve contar com pintura eletrostática de espessura mínima de 50 micrômetros, protegendo contra corrosão e desgaste

2.4.9.4. As dimensões do quadro devem situar-se na faixa de 600 a 800 mm de altura, 400 a 500 mm de largura e 200 a 300 mm de profundidade, acomodando todos os componentes necessários.

2.4.9.5. O quadro deve estar conectado ao plugue externo de alimentação, permitindo a alimentação do sistema elétrico por gerador ou rede elétrica externa.

2.4.9.6. Todos os componentes internos devem atender aos requisitos da NBR 5410 para instalações de baixa tensão, garantindo a segurança da instalação.

2.4.9.7. O quadro deve conter dispositivos de proteção contra surtos (DPS), protegendo os equipamentos contra picos de tensão.

2.4.9.8. O quadro deve conter interruptores diferenciais residuais (IDR), protegendo contra choques elétricos

2.4.9.9. O quadro deve conter disjuntores, dimensionados adequadamente para os equipamentos elétricos da van, protegendo contra sobrecargas e curtos-circuitos.

2.4.9.10. A organização do quadro deve permitir manutenção segura e acessível, facilitando inspeções e reparos.

2.4.9.11. A organização interna deve permitir a inspecionabilidade conforme as normas de segurança, assegurando a operação ininterrupta dos sistemas elétricos da unidade móvel.

#### **2.4.10. Entrada de energia externa:**

2.4.10.1. A tomada embutida externa deve fornecer um ponto de conexão seguro e confiável para alimentação elétrica dos sistemas internos do escritório da van, permitindo a conexão a redes elétricas externas ou geradores. Deve ser resistente a intempéries e impactos, garantindo durabilidade e segurança em ambientes externos. A instalação deve ser acessível e em conformidade com as normas de segurança.

2.4.10.2. A entrada de energia elétrica deve ser instalada na lateral traseira direita ou esquerda.

2.4.10.3. O modelo deve ser embutido, proporcionando um acabamento discreto e integrado à lateral do veículo.

2.4.10.4. O acabamento da tomada deve ser resistente a impactos, suportando as vibrações e impactos do uso em um veículo

2.4.10.5. O material da tomada deve ser resistente a intempéries (sol, chuva, variações de temperatura), garantindo durabilidade em ambientes externos

2.4.10.6. O material deve ser resistente à corrosão, assegurando a longevidade e a integridade do sistema elétrico

2.4.10.7. A tomada deve suportar uma corrente de até 16A, atendendo à demanda de energia dos equipamentos do escritório

2.4.10.8. A tomada deve operar em uma tensão de 200/250 V, compatível com as redes elétricas comuns.

2.4.10.9. A tomada deve ser conectada ao quadro elétrico geral do veículo, integrando-se ao sistema elétrico da van

2.4.10.10. A instalação deve proporcionar fácil acesso à tomada, facilitando a conexão com fontes externas de energia.

2.4.10.11. A tomada deve ser compatível com as normas de segurança, incluindo proteção contra sobrecarga, evitando danos aos equipamentos e à instalação.

2.4.10.12. A tomada deve possuir proteção contra curto-circuito, prevenindo riscos de incêndio e choques elétricos

2.4.10.13. A instalação deve ser planejada para garantir o funcionamento seguro do sistema elétrico da unidade móvel, seguindo as normas de segurança aplicáveis

2.4.10.14. O tipo de tomada deve ser especificado, por exemplo: industrial, com trava, ou com tampa de proteção IP44 ou superior.

2.4.10.15. A tomada deve seguir o padrão de plugue 2P+T (dois POLOS mais terra)

2.4.10.16. A tomada deve possuir grau de proteção IP44 ou superior, com IP54 sendo recomendado, garantindo proteção contra respingos de água e poeira

2.4.10.17. A instalação deve atender às normas aplicáveis, incluindo a NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e outras normas pertinentes. A consulta a um eletricitista qualificado é altamente recomendada.

#### **2.4.11. Cadeiras para atendente e atendido:**

2.4.11.1. As cadeiras para atendentes e para atendidos devem ser projetadas para oferecer conforto, ergonomia e durabilidade em um ambiente de trabalho móvel. Serão quatro cadeiras no total, duas com apoio de braço e duas sem, todas com rodízios e encosto vazado, adequadas para uso contínuo em atendimentos. Devem atender aos requisitos da norma ABNT NBR 13962:2018, garantindo segurança, usabilidade, estabilidade, resistência e durabilidade.

2.4.11.2. Duas cadeiras com apoio de braço destinadas aos atendentes e duas cadeiras sem apoio de braço para os atendidos

2.4.11.3. A estrutura do assento deve ser em madeira compensada, conferindo resistência e estabilidade

2.4.11.4. O encosto deve ser vazado com tela flexível em poliéster, na cor a ser definida, proporcionando ventilação e conforto térmico

2.4.11.5 As capas do assento e a estrutura do encosto devem ser injetadas em polipropileno (PP), garantindo leveza e resistência a impactos

2.4.11.6. A espuma do assento deve ser injetada em poliuretano flexível de alta densidade e alta resiliência, proporcionando conforto e durabilidade mesmo com uso prolongado

2.4.11.7. Para as cadeiras com apoio de braço, os braços devem ser reguláveis em altura, estruturados em chapa de aço, com carenagem em polipropileno e apoio superior injetado, oferecendo suporte ergonômico.

2.4.11.8. A base deve ser giratória e piramidal, fabricada em nylon reforçado com fibra de vidro, com diâmetro de 670 mm, garantindo estabilidade e resistência.

2.4.11.9. Os rodízios devem ser em nylon com pista de rodagem em poliuretano (PU), proporcionando deslizamento suave e durabilidade em diferentes tipos de pisos.

2.4.11.10. As cadeiras devem possuir mecanismo de duas alavancas que permitam inclinação e contato permanente do encosto, possibilitando ajustes ergonômicos e maior conforto durante o atendimento

2.4.11.11. A coluna de altura regulável deve ser a gás, com curso de 120 mm, permitindo o ajuste da altura do assento para diferentes usuários.

2.4.11.12. A coluna a gás deve possuir proteção telescópica, aumentando a segurança e a durabilidade do mecanismo.

2.4.11.13. O assento deve ter largura mínima de 475 mm e profundidade de 470 mm, oferecendo espaço adequado para o usuário.

2.4.11.14. O encosto deve ter largura mínima de 455 mm e altura de 300 mm, proporcionando suporte lombar adequado.

2.4.11.15. As cadeiras devem ter garantia mínima do fabricante de 6 meses contra defeitos de fabricação nas estruturas metálicas que têm função de sustentação, assegurando a qualidade e a durabilidade do produto.

2.4.11.16. As cadeiras devem estar em conformidade com a norma ABNT NBR 13962:2018 e atender aos requisitos de segurança, usabilidade, estabilidade, resistência e durabilidade para cadeiras de escritório, com relatórios de ensaios dimensionais e de conformidade conforme a norma.

#### **2.4.12. Cadeiras de espera:**

2.4.12.1. As cadeiras de espera devem ser projetadas para uso externo, próximas à van, com o objetivo de acomodar pessoas aguardando atendimento. As cadeiras de espera devem ser duráveis, resistentes às intempéries, fáceis de limpar, empilháveis para otimizar o armazenamento e, principalmente, confortáveis para

períodos de espera. As cadeiras de espera devem atender às normas de segurança e resistência, incluindo a ABNT NBR 13962:2018

2.4.12.2. A estrutura da cadeira deve ser composta por polipropileno de alta resistência, um material reciclável e sustentável, garantindo durabilidade e resistência para uso constante em ambientes móveis e externos

2.4.12.3. A base da cadeira deve ser construída em polipropileno injetado, proporcionando estabilidade e resistência

2.4.12.4. O design da cadeira deve ser ergonômico, com assento e encosto moldados para proporcionar conforto durante períodos prolongados de espera

2.4.12.5. O assento deve ter dimensões mínimas de 450 mm de largura e 430 mm de profundidade, oferecendo espaço adequado para o usuário.

2.4.12.6. O encosto deve ter no mínimo 400 mm de largura e 350 mm de altura, com curvatura ergonômica que proporcione apoio à região lombar, favorecendo o alinhamento natural da coluna vertebral.

2.4.12.7. A base da cadeira deve possuir pés antiderrapantes para evitar deslizamentos, especialmente em pisos externos ou ambientes ao redor do veículo.

2.4.12.8. A cadeira deve ser leve, com peso aproximado de 3,5 kg, facilitando o transporte e a movimentação, mesmo em espaços reduzidos

2.4.12.9. O modelo deve ser empilhável, permitindo armazenamento eficiente em espaços limitados quando não estiver em uso

2.4.12.10. A cadeira deve ser resistente à umidade, suportando as condições climáticas externas

2.4.12.11. A cadeira deve ser fácil de limpar, com acabamento liso que facilita a remoção de sujeiras e manchas, garantindo um ambiente sempre higienizado.

2.4.12.12. A cadeira deve atender às normas de segurança e resistência, incluindo a ABNT NBR 13962:2018, garantindo a qualidade e a durabilidade para o uso diário em ambientes de espera ao ar livre.

#### **2.4.13. Mesa de espera:**

2.4.13.1. A mesa de espera dobrável deve ser projetada para uso tanto em ambientes internos quanto externos, com o objetivo de proporcionar um espaço de apoio para pessoas aguardando atendimento na área externa da van. A mesa deve oferecer uma superfície ampla, resistente e de fácil limpeza, suportando as condições climáticas externas e o uso frequente. Sua característica dobrável deve otimizar o transporte e o armazenamento quando não estiver em uso.

2.4.13.2. A superfície da mesa deve ser feita de polietileno de alta densidade (PEAD), rotomoldado, material resistente a impactos, desgaste, umidade e fácil de limpar, ideal para uso externo.

2.4.13.3. As pernas da mesa devem ser construídas em aço ou alumínio, materiais que garantem firmeza, estabilidade e resistência à corrosão, importantes para uso em ambientes externos

2.4.13.4. A mesa deve ter 1,80 metro de comprimento, oferecendo espaço suficiente para acomodar várias pessoas ou objetos

2.4.13.5. A largura da mesa deve estar entre 70 e 80 cm, proporcionando uma superfície ampla para diferentes usos

2.4.13.6. A capacidade de carga mínima da mesa deve ser de 200 kg, assegurando a segurança e a estabilidade mesmo sob uso intenso.

2.4.13.7. A altura da mesa deve ser de aproximadamente 73 cm, com uma tolerância de  $\pm 3$  cm, oferecendo uma altura ergonômica para a maioria dos usuários.

2.4.13.8. A mesa deve ser dobrável, com um mecanismo que permita sua transformação em uma maleta compacta, facilitando significativamente o transporte e o armazenamento em espaços reduzidos.

2.4.13.9. O peso da mesa deve ser de aproximadamente 8 a 10 kg, dependendo das dimensões e materiais específicos utilizados na fabricação, buscando um equilíbrio entre robustez e facilidade de manuseio

2.4.13.10. A mesa deve ser resistente à umidade, suportando as condições climáticas externas, como chuva, sol e variações de temperatura.

2.4.13.11. A mesa deve ser fácil de manter e limpar, com acabamentos lisos que facilitam a remoção de sujeiras e manchas, contribuindo para a higiene.

2.4.13.12. O design da mesa deve permitir facilidade de montagem e desmontagem, sem a necessidade de ferramentas adicionais, otimizando o tempo de preparação e uso

2.4.13.13. O material da mesa deve ser resistente à exposição externa, incluindo radiação UV, para evitar o desbotamento e a degradação causados pelo sol, garantindo a durabilidade do produto a longo prazo.

#### **Palácio da Abolição - Casa Civil**

Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles • CEP: 60.120-013  
Fortaleza / CE • Fone: (85) 3466.4000

#### **2.4.14. Suporte para televisor:**

2.4.14.1. O suporte para televisor deve ser projetado para fixar de forma segura e robusta o televisor no interior da unidade móvel, especificamente dimensionado para o modelo de TV selecionado, conforme as especificações deste edital. O suporte deve garantir a estabilidade do televisor durante o movimento da van, posicionando-o de forma adequada para visualização, sem moldura envolvente e com um espaço de offset para facilitar o manuseio. O suporte deve ser do tipo trilho fixo, seguindo o padrão VESA, e garantir a fixação segura da TV durante o transporte.

2.4.14.2. A estrutura principal do suporte deve ser fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 1,5 mm, garantindo alta resistência e durabilidade.

2.4.14.3. O acabamento da estrutura de aço deve ser em pintura eletrostática poliéster, oferecendo proteção contra corrosão e um acabamento durável

2.4.14.4. Uma estrutura secundária em compensado naval pode ser utilizada para fixação na parede da van, oferecendo uma superfície de montagem mais ampla. Caso utilizada, essa estrutura deve ser revestida com fórmica ou laca de acabamento amadeirado

2.4.14.5. Caso haja revestimento em fórmica, este deve combinar durabilidade com baixa porosidade, facilitando a higienização e a resistência a produtos de limpeza convencionais, sem risco de absorção de sujeira ou acúmulo de resíduos.

2.4.14.6. Caso haja pintura em laca, esta deve ter acabamento amadeirado, e deve garantir resistência a produtos de limpeza convencionais.

2.4.14.7. O suporte deve ser do tipo trilho fixo, oferecendo uma fixação robusta e segura da TV.

2.4.14.8. O suporte deve seguir o padrão VESA, garantindo a compatibilidade com uma ampla gama de modelos de TV. O padrão VESA específico (ex: 200x200mm, 400x400mm, etc.) deve ser compatível com o modelo de TV selecionado

2.4.14.9. O suporte deve ser dimensionado especificamente para o modelo de TV selecionado, garantindo encaixe perfeito e segurança

2.4.14.10. O suporte deve posicionar a TV à frente da superfície de fixação, sem moldura envolvente, permitindo acesso às conexões e melhor ventilação.

2.4.14.11. O suporte deve proporcionar um espaço de offset entre 50 e 100 mm entre a parte traseira da TV e a superfície de fixação, assegurando estabilidade e facilitando o manuseio, como a conexão de cabos

2.4.14.12. O suporte deve garantir a fixação segura da TV durante o transporte, prevenindo movimentos indesejados, vibrações e possíveis danos à TV devido às condições da estrada

2.4.14.13. O acabamento, seja em fórmica ou laca, deve facilitar a higienização e ser resistente a produtos de limpeza convencionais, contribuindo para um ambiente limpo e organizado.

2.4.14.14. O suporte deve ser projetado para suportar o peso e as dimensões da TV especificada.

#### **2.4.15. Televisor:**

2.4.15.1. O televisor a ser instalado na van deve possuir resolução mínima Full HD, sistema operacional Smart com acesso integrado a aplicativos de streaming, navegação na internet e reprodução de mídias locais (via USB ou HDMI). Deve dispor de conectividade Wi-Fi e Bluetooth, bem como portas HDMI e USB funcionais, garantindo acesso a conteúdos audiovisuais e informativos de diferentes fontes. O equipamento deve atender aos requisitos de tamanho, peso e consumo de energia compatíveis com a instalação em veículo automotivo

2.4.15.2. O televisor deve ter 32 polegadas, um tamanho adequado para visualização em um espaço limitado como o de uma van.

2.4.15.3. A resolução mínima deve ser Full HD (1920 x 1080 pixels), oferecendo alta definição de imagem

2.4.15.4. A tecnologia de tela deve ser LED

2.4.15.5. O sistema operacional deve ser Android TV ou equivalente, compatível com a Google Play Store, permitindo o acesso e a instalação de uma ampla variedade de aplicativos

2.4.15.6. O processador deve ser Quad-Core ou superior, garantindo uma navegação fluida e ágil nos aplicativos e menus

2.4.15.7. A memória RAM mínima deve ser de 1 GB, assegurando o bom desempenho do sistema

2.4.15.8. O armazenamento interno deve ter no mínimo 8 GB, permitindo a instalação de aplicativos e o armazenamento de conteúdo.

2.4.15.9. O televisor deve possuir Wi-Fi integrado, compatível com redes 2.4 GHz e/ou 5 GHz, oferecendo flexibilidade de conexão.



- 2.4.15.10. O televisor deve possuir Bluetooth na versão mínima 4.0, permitindo a conexão com fones de ouvido, caixas de som e outros dispositivos compatíveis.
- 2.4.15.11. O televisor deve ter 1 entrada USB, para reprodução de conteúdo a partir de pen drives e HDs externos.
- 2.4.15.12. O televisor deve ter uma entrada de vídeo composto (AV), para compatibilidade com dispositivos mais antigos
- 2.4.15.13. O televisor deve ter uma saída de áudio digital (óptica ou coaxial), permitindo a conexão com sistemas de som externos
- 2.4.15.14. O televisor deve ter uma entrada para antena (RF), para recepção de sinal de TV aberta
- 2.4.15.15. A potência mínima de áudio deve ser de IOW RMS, oferecendo um som claro e audível
- 2.4.15.16. O televisor deve ter suporte a tecnologias de aprimoramento de áudio como Dolby Áudio ou equivalente, melhorando a experiência sonora.
- 2.4.15.17. O televisor deve possuir recursos Smart, incluindo compatibilidade com o Google Assistente ou assistente virtual equivalente, permitindo o controle por voz e a integração com outros dispositivos inteligentes.
- 2.4.15.18. O televisor deve permitir o espelhamento de tela via Miracast, Chromecast ou tecnologia equivalente, facilitando o compartilhamento de conteúdo de smartphones e tablets
- 2.4.15.19. O televisor deve possuir navegador de internet integrado, permitindo o acesso à web diretamente na TV
- 2.4.15.20. O televisor deve ser capaz de reproduzir formatos de vídeo como MP4, AVI, MKV, entre outros, garantindo a compatibilidade com diversos tipos de arquivos.
- 2.4.15.21. As dimensões máximas com a base inclusa devem ser 730 x 480 x 180 mm (L x A x P), garantindo a instalação em espaços limitados.
- 2.4.15.22. O peso do televisor não deve exceder 5 kg, facilitando a instalação e evitando sobrecarga na estrutura da van
- 2.4.15.24. O consumo de energia máximo deve ser de 65 W, contribuindo para a eficiência energética do sistema elétrico da van
- 2.4.15.25. O televisor deve ser bivolt automático, compatível com 220 V, adaptando-se a diferentes fontes de energia
- 2.4.15.26. A fixação do televisor deve ser compatível com suporte VESA 100 x 100 mm ou superior, oferecendo opções de montagem seguras e padronizadas.
- 2.4.15.27. O televisor deve suportar atualizações automáticas do sistema via OTA (Over-the-Air), mantendo o software sempre atualizado
- 2.4.15.28. O controle do dispositivo poderá ser feito por dispositivos móveis ou aplicativos de terceiros compatíveis, oferecendo maior flexibilidade de uso.
- 2.4.15.29. A classificação de eficiência energética do televisor deve ser A ou superior, conforme o selo de eficiência energética, garantindo baixo consumo e contribuindo para um ambiente mais sustentável.

#### **2.4.16. Estribo:**

- 2.4.16.1. O estribo retrátil elétrico deve ser projetado para instalação na porta de correr lateral direita (passageiro) da van, oferecendo uma plataforma segura e confortável para embarque e desembarque. Deve ser acionado eletricamente, estendendo-se automaticamente com a abertura da porta e retraindo-se com o fechamento, sem interferir na estética ou funcionalidade do veículo
- 2.4.16.2. A estrutura do estribo deve ser fabricada com materiais de alta resistência, como alumínio e aço galvanizado, garantindo durabilidade, resistência à corrosão e capacidade de suportar as condições de uso em um veículo.
- 2.4.16.3. As dimensões do estribo devem estar dentro das seguintes faixas: Largura: entre 38 cm e 39 cm, altura: entre 26 cm e 27 cm, comprimento: entre 118 cm e 120 cm
- 2.4.16.4. O estribo deve ser acionado eletricamente, estendendo-se automaticamente quando a porta de correr for aberta
- 2.4.16.5. O estribo deve se retrair automaticamente quando a porta for fechada, mantendo a estética do veículo e não interferindo no movimento da porta ou no espaço ao redor.
- 2.4.16.6. O estribo deve ser capaz de suportar o peso de até dois passageiros simultaneamente, garantindo segurança e estabilidade.
- 2.4.16.7. O mecanismo elétrico deve ser robusto e confiável, suportando o uso frequente.

2.4.16.8. O acionamento do mecanismo elétrico deve ser feito por um sistema de controle integrado, ativado por um botão ou chave instalada na porta ou painel de controle do veículo, oferecendo praticidade ao usuário

2.4.16.9. O sistema elétrico deve ser compatível com a voltagem e a fiação do veículo, assegurando operação eficiente e segura, evitando sobrecargas ou danos ao sistema elétrico da van

2.4.16.10. O estribo deve ser projetado para garantir total segurança aos usuários, com um sistema.

#### **2.4.17. Toldo externo:**

2.4.17.1. O toldo externo deve ser projetado para oferecer proteção solar e cobertura externa eficaz na lateral direita da van, em frente à porta lateral. Sua estrutura deve ser robusta, durável e integrada ao design do veículo, com todos os componentes compactados em uma caixa de proteção quando não estiver em uso. O acionamento deve ser mecânico, priorizando a durabilidade e a facilidade de uso.

2.4.17.2. A estrutura do toldo deve ser fabricada em alumínio com pintura eletrostática, garantindo resistência a intempéries e alta durabilidade.

2.4.17.3. A estrutura deve ser composta por perfis de alumínio de alta qualidade, com espessura mínima de 1,5 mm, incluindo peças de acabamento, a caixa protetora, suportes de fixação, braços articulados e barra frontal, garantindo leveza, resistência e longevidade

2.4.17.4. O mecanismo interno dos braços articulados deve ser composto por molas e cabos de aço inoxidável de alta resistência, assegurando um funcionamento suave e seguro

2.4.17.5. A haste e a manivela de acionamento devem ser construídas com materiais resistentes, como alumínio ou aço inoxidável, para garantir uma operação suave e sem desgaste rápido

2.4.17.6. Todos os componentes do toldo devem ser compactados e armazenados dentro de uma caixa de proteção quando não estiver em uso, proporcionando um design limpo e organizado

2.4.17.7. Quando acionado, o toldo deve se desenrolar automaticamente, projetando-se para frente a partir da caixa, proporcionando uma área de sombra ampla e eficaz. O toldo deve ser posicionado na lateral direita do veículo, em frente à porta lateral, proporcionando cobertura adequada para passageiros e profissionais em áreas externas.

2.4.17.8. O comprimento mínimo do toldo deve se estender pelo menos 100 mm à frente do alinhamento da porta lateral do compartimento traseiro, garantindo cobertura adequada.

2.4.17.9. O comprimento máximo do toldo deve avançar até 300 mm antes do limite traseiro da van, garantindo cobertura suficiente para o ambiente externo

2.4.17.10. Quando acionado, o toldo deve se estender a uma distância mínima de 2 metros, proporcionando uma área de cobertura ampla

2.4.17.11. O acionamento do toldo deve ser mecânico, através de uma haste com manivela, permitindo a extensão e retração manual acessível a um único operador, sem necessidade de ferramentas adicionais.

2.4.17.12. O toldo deve ser projetado para suportar uma instalação simples e rápida, sem grandes modificações na estrutura do veículo, utilizando suportes e fixações de alumínio que garantam a estabilidade e segurança do equipamento

2.4.17.13. O toldo deve ser projetado com atenção à resistência e à segurança, suportando condições climáticas severas, como chuva forte, ventos moderados e exposição prolongada ao sol.

2.4.17.14. Os materiais empregados devem ser de alta qualidade, fabricados em ligas de alumínio ou aço com tratamento anticorrosivo, com tratamentos especiais para resistir aos danos causados pelos raios UV, evitando o desgaste precoce e o desbotamento da lona, mantendo a estética e a funcionalidade do toldo por um longo período de proteção antiesmagamento que impede seu fechamento quando há obstáculos no caminho, evitando acidentes e garantindo maior confiabilidade durante o uso.

#### **2.4.18. Grafismo:**

2.4.18.1. A contratada do certame deverá executar os serviços de aplicação de adesivos na van, após a aprovação da arte pelo órgão, observando rigorosamente as normas e condições deste instrumento.

2.4.18.2. A superfície da van deve estar completamente limpa antes da aplicação de qualquer adesivo, livre de sujeira, graxa, óleo e outros contaminantes, garantindo a aderência adequada

2.4.18.3. A superfície onde os adesivos serão aplicados deve ser lisa e uniforme. Ajustes na arte do adesivo devem ser feitos, se necessário, para compensar eventuais irregularidades na superfície. A utilização de um soprador é recomendada para auxiliar na aplicação

2.4.18.4. A aplicação dos adesivos deve ser realizada em condições de temperatura moderada, evitando temperaturas extremas que podem afetar a aderência e a qualidade do serviço.

2.4.18.5. Medições detalhadas do veículo devem ser realizadas antes da produção da arte e dos adesivos, garantindo o posicionamento correto

2.4.18.6. A tolerância aceitável para o posicionamento da pintura, de acordo com o layout aprovado, é de  $\pm 1,5$  mm.

2.4.18.7. A arte finalizada, com todos os ajustes técnicos necessários, deverá ser enviada para aprovação após a medição.

2.4.18.8. Ferramentas específicas para aplicação de adesivos, como espátulas de aplicação, borrifador de água, soprador e outras ferramentas necessárias, devem ser utilizadas para garantir a qualidade do serviço e evitar danos ao veículo.

2.4.18.9. Quaisquer bolhas de ar que se formarem durante a aplicação devem ser cuidadosamente removidas para garantir a aderência e o acabamento

2.4.18.10. Recortes precisos nos adesivos devem ser realizados para um ajuste perfeito nos contornos da van. A tolerância aceitável para o recorte do adesivo é de  $\pm 2$  mm.

2.4.18.11. A máscara de adesivo utilizada deve ter uma tolerância aceitável de  $\pm 1$  mm.

2.4.18.12. Adesivos de alta qualidade, com adesão permanente, resistência à radiação UV, variações de temperatura e umidade, projetados para aplicações externas e com durabilidade mínima de 5 anos, devem ser utilizados

2.4.18.13. Os adesivos utilizados devem ter proteção UV para evitar o desbotamento e danos causados pela exposição solar.

2.4.18.14. Após a aplicação do grafismo, o veículo deverá ser envernizado com uma camada de verniz PU

2.4.18.15. A espessura mínima da camada de verniz deverá ser de 40 micras para garantir a proteção e durabilidade da plotagem.

#### **2.4.19. Película:**

2.4.19.1. A película de proteção deve ser composta por filme de poliéster de alta resistência, utilizando tecnologia anti-impacto para absorver e distribuir a força de impactos, prevenindo o estilhaçamento do vidro em caso de colisão ou vandalismo. Deve oferecer proteção contra raios UV e redução de calor, além de atender às normas de transparência e tonalidade estabelecidas pelo CONTRAN. A instalação deve ser realizada por profissionais certificados, garantindo a qualidade e a segurança.

2.4.19.2. A película deve ser composta por filme de poliéster de alta resistência, com dureza Shore D compatível com absorção de impactos, garantindo durabilidade e resistência a impactos

2.4.19.3. A película deve utilizar tecnologia anti-impacto para absorver e distribuir a força de impactos, prevenindo o estilhaçamento do vidro.

2.4.19.4. A película deve ser resistente a riscos, desbotamento e desgaste por exposição a intempéries, garantindo uma vida útil mínima de 5 anos.

2.4.19.5. A película para os vidros dianteiros laterais deve permitir uma transmissão luminosa mínima de 70% (VLT), conforme exigido pela Resolução CONTRAN n° 960/2022

2.4.19.6. Para o para-brisa, a película pode ser aplicada apenas na faixa superior, com no máximo 25% de tonalidade, e o vidro do para-brisa deve permitir uma transmissão luminosa mínima de 75%, conforme legislação vigente

2.4.19.7. A cor da película deve ser disponível em versões claras ou levemente tonalizadas, sem prejudicar a visibilidade tanto diurna quanto noturna, e em conformidade com as regras de tonalidade definidas pelo CONTRAN

2.4.19.8. A película deve ser capaz de resistir a impactos causados por objetos pequenos e médios, evitando o estilhaçamento do vidro e garantindo que os fragmentos permaneçam aderidos ao filme, aumentando a segurança dos ocupantes.

2.4.19.9. Rejeição Total do Infravermelho: 90% (abrangendo a parte do espectro do infravermelho próximo em que há maior incidência do calor solar por esse tipo de radiação, entre 950-1500nm)

2.4.19.10. Rejeição de Ultravioleta: 99%

2.4.19.11. SHGC (Coeficiente de Ganho de Calor Solar): 0.45 (Porcentagem da radiação solar incidente no conjunto vidro/película que é transferida internamente através do sistema. Quanto menor o valor, menor será a entrada de calor)

2.4.19.12. Coeficiente de Sombreamento (SC): 0.58 (Medida alternativa do ganho do calor através do vidro pela irradiação solar. Um valor baixo indica pouco ganho de calor solar).

- 2.4.19.13. Espessura do Filme: 2 mil (medida da espessura da película sem a camada adesiva de proteção)
- 2.4.19.14. Construção: 2 Ply (quantidade de camadas necessárias para a composição da película).
- 2.4.19.15. A instalação da película deve ser realizada por profissionais certificados, garantindo que o processo seja feito sem bolhas ou falhas, respeitando as normas de segurança e acabamento automotivo.
- 2.4.19.16. A película deve ser certificada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e estar em conformidade com as Resoluções CONTRAN no 960/2022 e 254/2007, referentes à transparência, tonalidade e segurança.
- 2.4.19.17. A película deve apresentar um selo de conformidade visível no vidro, conforme exigido pela legislação.

#### **2.4.20. Gerador:**

- 2.4.20.1. O gerador deve ser projetado para fornecer energia elétrica confiável e contínua para os equipamentos da van, oferecendo flexibilidade de operação e robustez para uso em ambientes móveis. Deve possuir partida dupla, autonomia adequada e recursos de segurança e manutenção que garantam seu bom funcionamento a longo prazo
- 2.4.20.2. O motor do gerador deve ser alimentado por combustível Diesel.
- 2.4.20.3. O motor deve ser Monocilíndrico, 4 Tempos, Refrigerado a Ar.
- 2.4.20.4. Cilindrada do motor: Entre 400 cc e 500 cc.
- 2.4.20.5. Rotação Máxima: 3600 RPM.
- 2.4.20.6. Potência Máxima: 7.0 kW / kVA.
- 2.4.20.7. Potência Nominal: Entre 6.5 kW e 7 kW / kVA.
- 2.4.20.8. Fator de potência: COS=0,8
- 2.4.20.9. Número de Fases: Monofásico
- 2.4.20.10. Tensão Principal: Bivolt 115 V / 230 V
- 2.4.20.11. Frequência: 60 Hz
- 2.4.20.12. Chave Seletora de Voltagem: Sim (115 V / 230 V)
- 2.4.20.13. Tomadas: Mínimo de 2 x 115 V e 1 x 230 V
- 2.4.20.14. Carregador de Bateria: 12VDC com corrente mínima de 8A
- 2.4.20.15. AVR (Regulador Automático de Voltagem): Sim
- 2.4.20.16. Medidor Multifunções: Sim (Deve exibir no mínimo voltagem, amperagem e frequência)
- 2.4.20.17. Apto a ATS (Chave de Transferência Automática): Sim
- 2.4.20.18. Sistema de Partida: Elétrica e Manual Retrátil
- 2.4.20.19. Capacidade do Tanque de Combustível: Entre 10L e 12L
- 2.4.20.20. Capacidade de Óleo: Entre 1L e 2L
- 2.4.20.21. Kit de Ferramentas: Sim (Kit básico para manutenção preventiva)
- 2.4.20.22. Nível de Ruído a 7 m: Máximo de 78 dB (ou inferior, desejável).

#### **2.4.21. Rampa para gerador:**

- 2.4.21.1. A van deverá ser equipada com uma rampa dobrável posicionada na área técnica, projetada especificamente para auxiliar no posicionamento e movimentação do gerador. A rampa deve facilitar a carga e descarga do gerador, garantindo segurança e praticidade nas operações.
- 2.4.21.2. A rampa deve ser fabricada em chapa dobrada de alumínio, material de alta resistência e leveza, proporcionando durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de manuseio.
- 2.4.21.3. A rampa deve ter uma extensão mínima de 1,6 metro, permitindo a fácil descida e subida do gerador da área técnica da van, mesmo em terrenos levemente irregulares.
- 2.4.21.4. A rampa deve ser dimensionada de acordo com a largura das rodinhas do gerador, garantindo que o gerador possa ser movido com segurança e facilidade, sem risco de instabilidade ou tombamento durante o transporte. É importante especificar a largura útil da rampa, que é o espaço entre as bordas internas por onde as rodas do gerador se movem.
- 2.4.21.5. A construção da rampa deve ser dobrável, facilitando o armazenamento quando não estiver em uso e otimizando o espaço na área técnica da van.
- 2.4.21.6. O sistema de dobragem deve ser robusto e de fácil operação.

2.4.21.7. A rampa deve possuir travas de segurança quando em uso (posição estendida), para evitar que se dobre acidentalmente durante a movimentação do gerador.

2.4.21.8. A rampa deve possuir sistema de fixação na parte traseira da van, para evitar que se mova durante a operação de carga e descarga.

2.4.21.9. A superfície da rampa deve possuir um acabamento antiderrapante, com ranhuras ou textura emborrachada, para garantir a aderência das rodas do gerador e evitar escorregamentos.

2.4.21.10. As bordas laterais da rampa devem ser elevadas para evitar a queda do gerador durante a movimentação.

2.4.21.11. A rampa deve suportar o peso do gerador com folga de segurança, considerando também o peso de um operador que possa auxiliar na movimentação.

#### **2.4.22. Elevador para acessibilidade:**

2.4.22.1. O elevador hidráulico para cadeirantes deve ser instalado na porta da van e construído em aço com pintura eletrostática para garantir durabilidade e resistência à corrosão. No modo recolhido, o elevador deve permanecer aberto para permitir a passagem de pessoas, atendendo às normas de evacuação em emergências. As dimensões do elevador são as seguintes:

2.4.22.2. Largura mínima: 850 mm

2.4.22.3. Comprimento mínimo: 1100 mm

2.4.22.4. Altura máxima: 1200 mm

2.4.22.5. Largura da plataforma mínima: 1000 mm

2.4.22.6. Profundidade da plataforma mínima: 800 mm

2.4.22.7. Modo de operação: Elevação por acionamento hidráulico e descendo por gravidade

2.4.22.8. Acionamento: Sistema eletro-hidráulico automático com controle simples e robusto

2.4.22.9. Alimentação elétrica: Disponível em 12VCC ou 24VCC, com consumo máximo de 35A (24VCC) ou 70A (12VCC)

2.4.22.10. Faixa de temperatura de operação. -30 0 C a 650 C, garantindo funcionalidade em diferentes condições climáticas.

2.4.22.11. Capacidade de carga: 300 kg

2.4.22.12. Sistema auxiliar: Bomba manual integrada para operação de emergência.

2.4.22.13. Sistema de segurança: Luzes e alarmes sonoros durante a operação.

2.4.22.14. Parada vertical quando retraído, proporcionando maior segurança e compactação no espaço.

2.4.22.15. Grande "Kick-Out", evitando batidas junto ao veículo.

2.4.22.16. Fácil troca de posição da bomba, podendo ser ajustada para o lado direito ou esquerdo.

2.4.22.17. O equipamento deve garantir operação segura e ergonômica, proporcionando acessibilidade eficiente e confiável para usuários de cadeiras de rodas.

#### **2.4.23. Extensão de energia elétrica:**

2.4.23.1. A van deverá contar com a possibilidade de conexão à rede elétrica externa, oferecendo flexibilidade para uso em locais onde a alimentação elétrica da unidade não seja suficiente. O sistema de conexão externa incluirá uma extensão elétrica de 50 metros, confeccionada com materiais e componentes que garantam segurança, durabilidade e conformidade com as normas técnicas

2.4.23.2. A van deverá contar com a possibilidade de conexão à rede elétrica externa, oferecendo flexibilidade para uso em locais onde a alimentação elétrica da unidade não seja suficiente.

2.4.23.3. O sistema de conexão externa incluirá uma extensão elétrica de 50 metros, confeccionada com materiais e componentes que garantam segurança, durabilidade e conformidade com as normas técnicas.

2.4.23.4. Os condutores internos do cabo devem ser de cobre eletrolítico, garantindo a condutividade elétrica e minimizando perdas de energia.

2.4.23.5. A extensão elétrica deve ter 50 metros de comprimento, oferecendo alcance adequado para conectar a van a pontos de energia distantes.

2.4.23.6. O cabo deve ser dimensionado de acordo com a norma NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão), considerando a capacidade instalada na van, assegurando a transmissão de energia sem riscos de sobrecarga, aquecimento ou danos ao sistema elétrico da unidade.

2.4.23.7. O dimensionamento deve levar em conta a corrente máxima demandada pelos equipamentos da van, a distância da extensão e a queda de tensão admissível.

#### **Palácio da Abolição - Casa Civil**

Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles • CEP: 60.120-013  
Fortaleza / CE • Fone: (85) 3466.4000



2.4.23.8. As extremidades da extensão elétrica devem ser equipadas com plugues e tomadas industriais, de acordo com as normas brasileiras (NBR IEC 60309), garantindo uma conexão segura e confiável.

2.4.23.9. Os plugues e tomadas industriais devem ser dimensionados para suportar a corrente elétrica máxima da instalação, evitando aquecimento e riscos de curto-circuito. Devem possuir grau de proteção IP adequado para uso externo, protegendo contra poeira e jatos d'água (ex: IP44 ou superior).

2.4.23.10. Os plugues e tomadas industriais devem possuir sistema de travamento para evitar desconexões acidentais durante o uso, especialmente em ambientes com vibração ou movimentação.

2.4.23.11. A extensão deve ser acondicionada de forma organizada para evitar nós e dobras que possam danificar o cabo. Deve ser disposto um enrolador ou suporte para o cabo.

#### **2.4.24. Sistema de refrigeração:**

2.4.24.1. O sistema de refrigeração do escritório de atendimento da unidade móvel deverá contar com um ar-condicionado tipo Split, com capacidade e características que garantam uma climatização eficiente, confortável e com baixo consumo de energia.

2.4.24.2. O ar-condicionado deve ter capacidade mínima de 12.000 BTUS, adequada para climatizar o ambiente interno da van.

2.4.24.3. O aparelho deve ser equipado com tecnologia Inverter, proporcionando maior eficiência energética, evitando picos de consumo e reduzindo a demanda sobre o gerador.

2.4.24.4. Evaporadora com dimensões: Largura: Entre 75 cm e 90 cm. Altura: Entre 30 cm e 40 cm. Profundidade: Entre 20 cm e 25 cm

2.4.24.5. Condensadora com dimensões: Largura: Entre 70 cm e 85 cm. Altura: Entre 50 cm e 65 cm. Profundidade: Entre 25 cm e 35 cm

2.4.24.6. A instalação da unidade condensadora (externa) exigirá cortes específicos na lataria traseira do veículo para permitir a ventilação adequada. Esses cortes devem ser feitos em conformidade com as normas de segurança e manutenção estrutural da van, garantindo a integridade da carroceria.

2.4.24.7. O aparelho deve operar com um nível de ruído interno entre 20 dB e 45 dB, assegurando um ambiente silencioso e confortável.

2.4.24.8. O nível do aparelho externo não deve passar de 48 dB.

2.4.24.9. Os filtros de ar do sistema de refrigeração devem ser projetados para filtrar impurezas e poeira, garantindo a qualidade do ar interno.

2.4.24.10. O ar-condicionado deve apresentar eficiência energética A, atendendo às regulamentações de consumo e desempenho do INMETRO.

#### **2.4.25. Iluminação interna:**

2.4.25.1. A iluminação principal da área de atendimento deve ser composta por luminárias embutidas, do tipo plafon, com formato redondo ou retangular.

2.4.25.2. As luminárias devem utilizar tecnologia LED, garantindo baixo consumo de energia e longa durabilidade.

2.4.25.3. As luminárias devem ser compatíveis com a voltagem de 110-240V (bivolt).

2.4.25.4. As luminárias devem fornecer luz difusa em tom branco frio (6500K), proporcionando uma iluminação eficiente e confortável para os usuários.

2.4.25.5. Sob o armário aéreo, deve ser instalada fita de LED em canaleta de alumínio com acabamento em polietileno para iluminação complementar.

2.4.25.6. A fita de LED deve emitir luz branca fria (6500 K), complementando a iluminação principal e criando um ambiente mais agradável.

2.4.25.7. A quantidade de luminárias embutidas e fitas de LED deve ser determinada de acordo com as dimensões do espaço e a aplicação de cada van, respeitando as diretrizes estabelecidas pela norma ABNT NBR 5413, que especifica os níveis de iluminância necessários para ambientes internos.

2.4.25.8. Ao abrir a porta de acesso para a área técnica, um sistema de iluminação de 12 V deve ser automaticamente acionado.

2.4.25.9. O sistema deve garantir a visibilidade adequada para a mobilização da van durante o período noturno, iluminando eficientemente a área onde o gerador será retirado e proporcionando segurança nas atividades realizadas nesse ambiente, como o posicionamento do gerador e outros procedimentos técnicos.

2.4.25.10. As luminárias LED devem emitir luz branca fria (6500K), para garantir uma iluminação clara e sem ofuscamento.

2.4.25.11. As luminárias devem ser instaladas de forma estratégica, cobrindo toda a área técnica e o espaço necessário para a operação e manuseio do gerador, respeitando as normas de segurança e a ergonomia.

2.4.25.12. O sistema de iluminação 12 V deve ser ativado automaticamente quando a porta traseira for aberta, assegurando a mobilização eficiente e segura da van em condições de baixa luminosidade, garantindo a visibilidade e a segurança da equipe, a iluminação deve ser composta por luminárias LED 12 V.

2.4.25.13. A técnica durante as operações noturnas.

2.4.25.14. A solução de iluminação deve proporcionar não apenas eficiência energética, mas também um ambiente bem iluminado e agradável para as atividades realizadas na área de atendimento da van.

2.4.25.15. Todos os componentes elétricos devem estar em conformidade com as normas de segurança elétrica aplicável.

#### **2.4.26. Iluminação externa:**

2.4.26.1. A iluminação externa da van, especificamente na área abaixo do toldo, deve ser projetada para oferecer iluminação potente, segura e resistente às intempéries, garantindo visibilidade e segurança durante operações noturnas.

2.4.26.2. Devem ser instalados dois refletores de 220 V, um em cada extremidade do toldo.

2.4.26.3. Cada refletor deve ter potência de 100 W

2.4.26.4. A temperatura de cor dos refletores deve ser de 6500K (branco frio), proporcionando uma iluminação clara e eficiente.

2.4.26.5. Os refletores devem possuir resistência a sol e chuva, com grau de proteção IP (índice de Proteção) adequado para uso externo. Recomenda-se no mínimo IP65, que oferece proteção contra jatos d'água e poeira

2.4.26.6. A montagem dos refletores deve ser feita de forma a impedir a entrada de água no veículo, garantindo a integridade da estrutura interna da van.

2.4.26.7. Os refletores devem ser certificados conforme LM-80, garantindo a durabilidade e confiabilidade dos LEDs.

2.4.26.8. O Índice de Reprodução de Cor (IRC) deve ser superior a 80, assegurando que as cores sejam representadas de forma natural e precisa.

2.4.26.9. A luminosidade mínima deve ser de 9000 lúmens por refletor, oferecendo iluminação forte e eficaz para a área externa da van.

2.4.26.10. O sistema deve ser bivolt automático, operando na faixa de 110 V a 220 V, oferecendo flexibilidade em diferentes locais de operação.

2.4.26.11. As dimensões dos refletores devem estar dentro da seguinte faixa aceitável: Comprimento (C) Entre 24,7 cm e 30,7 cm ( $27,7 \text{ cm} \pm 3 \text{ cm}$ ), Largura (L).

2.4.26.12. Entre 4,8 cm e 10,8 cm ( $7,8 \text{ cm} \pm 3 \text{ cm}$ ), Altura (A) Entre 4,8 cm e 10,8 cm ( $7,8 \text{ cm} \pm 3 \text{ cm}$ )

2.4.26.13. A instalação desses refletores deve ser realizada com atenção especial para que a proteção contra intempéries e a eficiência luminosa atendam às necessidades operacionais da van, especialmente durante a mobilização e operação à noite.

2.4.26.14. A fiação e as conexões elétricas devem ser protegidas contra intempéries e fixadas de forma segura para evitar danos e riscos de curto-circuito.

2.4.26.15. A instalação deve ser feita de forma a minimizar o ofuscamento para motoristas e pedestres.

#### **2.4.27. Sistema elétrico:**

2.4.27.1. A instalação elétrica do escritório da van deve ser executada em total conformidade com a NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão), garantindo segurança, eficiência e confiabilidade do sistema.

2.4.27.2. A instalação elétrica deve seguir rigorosamente as diretrizes da NBR 5410, abrangendo desde o dimensionamento dos condutores até a proteção contra choques elétricos e sobrecorrentes.

2.4.27.3. A fiação deve ser adequada para a tensão de operação do sistema (12 V, 110 V/220 V, conforme o caso) e dimensionada conforme as especificações da NBR 5410, considerando a corrente elétrica máxima de cada circuito, a distância dos condutores e a queda de tensão admissível.

2.4.27.4. O revestimento dos cabos deve ser feito com materiais que contenham aditivos retardantes à chama, minimizando a propagação de chamas em caso de incêndio.

2.4.27.5. Cada circuito elétrico deve ser devidamente protegido contra sobrecarga e curto-circuito por dispositivos de proteção adequados, como disjuntores, fusíveis ou dispositivos de proteção contra surtos (DPS), conforme exigido pela NBR 5410. A escolha do dispositivo de proteção deve ser feita com base na corrente nominal do circuito.

2.4.27.6. Deve ser previsto um dispositivo de proteção diferencial residual (DR) para proteção contra choques elétricos, principalmente em áreas com maior risco de contato com água ou umidade.

2.4.27.7. A distribuição elétrica deve ser planejada para garantir a eficiência do sistema, sem comprometer a performance dos equipamentos da van, incluindo os sistemas de iluminação, climatização, monitoramento, tomadas e outros dispositivos.

2.4.27.8. A distribuição deve ser feita de forma organizada, utilizando caixas de distribuição ou quadros de energia adequados, com identificação clara dos circuitos.

2.4.27.9. O sistema elétrico deve possuir um sistema de aterramento eficiente, conforme as exigências da NBR 5410, para garantir a segurança dos usuários e a proteção dos equipamentos contra descargas atmosféricas e outros distúrbios elétricos.

2.4.27.10. Após a conclusão da instalação elétrica, devem ser realizados testes e inspeções para verificar a conformidade com a NBR 5410 e garantir o funcionamento seguro e eficiente do sistema. Os testes devem incluir, no mínimo, ensaios de continuidade dos condutores, isolamento, funcionamento dos dispositivos de proteção e medição da resistência de aterramento.

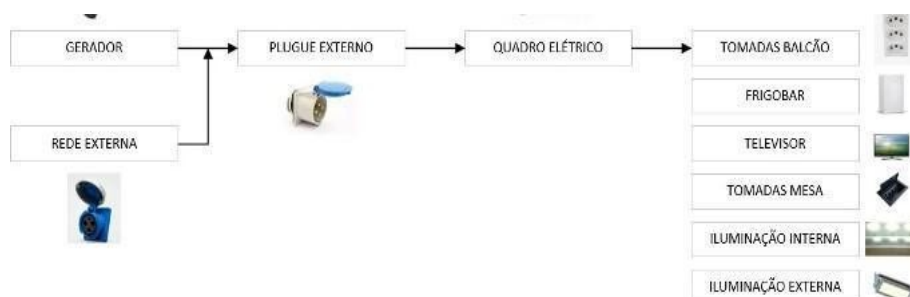
2.4.27.11. Deve ser elaborada uma documentação completa da instalação elétrica, incluindo o diagrama unifilar, a lista de materiais utilizados, os resultados dos testes e as informações sobre os dispositivos de proteção.

FRIGOBAR

TELEVISOR

TOMADAS MESA

ILUMINAÇÃO INTERNA



#### 2.4.28. Extintor de incêndio:

2.4.28.1. A unidade móvel deve ser equipada com extintores de incêndio que atendam às normas vigentes, garantindo a segurança dos ocupantes e a capacidade de combate a diferentes classes de incêndio.

2.4.28.2. A unidade móvel deve ser equipada com dois extintores de incêndio de pó químico seco do tipo ABC.

2.4.28.3. Cada extintor deve possuir carga mínima de 4 kg

2.4.28.4. Os extintores devem atender à norma NBR 15808 (Extintores de incêndio portáteis), que especifica os requisitos de segurança, confiabilidade e desempenho dos extintores.

2.4.28.5. A manutenção e inspeção periódica dos extintores devem seguir as diretrizes da NBR 12962 (Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio), garantindo que estejam sempre em condições operacionais adequadas.

2.4.28.6. Um dos extintores deve ser instalado no salão de atendimento, em local de fácil acesso e visibilidade.

2.4.28.7. O outro extintor deve ser instalado na área técnica.

2.4.28.8. Ambos os extintores devem ser equipados com suporte metálico fixo, garantindo a segurança e estabilidade do equipamento durante o transporte e evitando quedas ou movimentações indesejadas.

2.4.28.9. O suporte do extintor da área técnica deve ser removível, possibilitando seu deslocamento e fixação na área externa do veículo quando necessário. Este sistema deve permitir uma fixação segura também na parte externa, evitando movimentação durante o uso externo.

#### 2.4.29. Impressora:

- 2.4.29.1. A impressora deve utilizar tecnologia de impressão a laser monocromática, oferecendo alta qualidade e velocidade de 30 páginas por minuto (ppm) para as necessidades de impressão da unidade móvel
- 2.4.29.2. A impressora deve utilizar tecnologia de impressão a laser monocromática, garantindo alta qualidade na impressão de documentos em preto e branco, com textos nítidos e imagens bem definidas.
- 2.4.29.3. A velocidade mínima de impressão deve ser de 20 páginas por minuto (ppm) no formato A4, assegurando agilidade nos trabalhos de impressão.
- 2.4.29.4. A resolução de impressão deve ser no mínimo de 2.400 x 600 dpi, oferecendo alta qualidade de impressão para diversos tipos de documentos.
- 2.4.29.5. O ciclo de trabalho mensal da impressora deve suportar até 10.000 páginas, atendendo a demandas elevadas de impressão sem comprometer o desempenho ou a durabilidade do equipamento.
- 2.4.29.6. O ciclo de trabalho recomendado deve ser entre 250 e 1.800 páginas mensais, oferecendo uma capacidade de impressão ideal para uso regular em ambientes de escritório
- 2.4.29.7. A impressora deve possuir uma bandeja de entrada de papel com capacidade mínima para 150 folhas, permitindo maior autonomia nas impressões
- 2.4.29.8. A capacidade de saída da bandeja deve ser de no mínimo 50 folhas, organizando os documentos de forma eficiente
- 2.4.29.9. As interfaces de conectividade da impressora devem incluir conexão via Wi-Fi, compatível com os padrões IEEE 802.11b/g/n, e uma conexão USB 2.0 de alta velocidade, oferecendo flexibilidade na conexão com diferentes dispositivos.
- 2.4.29.10. A impressora deve ser compatível com os sistemas operacionais Windows, macOS e Linux, garantindo a utilização em diversas plataformas de trabalho.
- 2.4.29.11. As dimensões físicas da impressora não devem ultrapassar 400 x 300 x 200 mm (Largura x Profundidade x Altura), garantindo um design compacto e adequado para espaços limitados.
- 2.4.29.12. O peso máximo da impressora deve ser de 5 kg, facilitando seu transporte e instalação
- 2.4.29.13. A memória da impressora deve ser no mínimo de 32 MB, garantindo o processamento eficiente de documentos.
- 2.4.29.14. O tipo de papel suportado deve incluir formatos A4, Carta, Legal, A5, A6, envelopes e etiquetas, oferecendo versatilidade para diferentes tipos de impressão.
- 2.4.29.15. A tensão de operação da impressora deve ser bivolt (110 V/220 V) ou possuir chave seletora de voltagem, para adaptação a diferentes fontes de energia.
- 2.4.29.16. A impressora deve ser capaz de realizar impressão direta via dispositivos móveis, com compatibilidade com AirPrint, Google Cloud Print ou soluções equivalentes, facilitando a impressão a partir de smartphones e tablets.
- 2.4.29.17. A impressora deve possuir recursos de economia, como o modo de impressão econômica (modo rascunho) e redução do consumo de energia com o modo de espera ou repouso automático, contribuindo para a eficiência energética e a redução de custos operacionais.

#### **2.4.30. Frigobar:**

- 2.4.30.1. O frigobar deve atender às necessidades de conservação de alimentos e bebidas em espaços compactos, como o interior de uma van, oferecendo eficiência, baixo ruído e durabilidade
- 2.4.30.2. O frigobar deve possuir uma capacidade total entre 50 e 70L
- 2.4.30.3. As dimensões externas devem estar dentro das seguintes faixas: Largura entre 450 mm e 500 mm. Altura entre 500 mm e 550 mm. Profundidade entre 400 mm e 500 mm.
- 2.4.30.4. O acabamento externo deve ser em cor neutra, como preto ou prata, com revestimento durável e resistente a impactos leves e vibrações, comuns em veículos em movimento.
- 2.4.30.5. O nível de ruído em operação deve ser de até 42 dB(A), garantindo baixo impacto acústico no ambiente interno da van.
- 2.4.30.6. O sistema de controle de temperatura deve permitir ajuste variável entre 0°C e 8°C, assegurando a conservação adequada dos itens perecíveis.
- 2.4.30.7. Internamente, o frigobar deve ter ao menos uma prateleira ajustável com as seguintes dimensões: Largura entre 450 mm e 480 mm. Profundidade entre 200 mm e 230 mm.
- 2.4.30.8. Deve haver uma prateleira na porta com capacidade para garrafas de até 2 litros
- 2.4.30.9. A porta deve ser de abertura frontal, com dobradiça reversível para facilitar a instalação em diferentes configurações de layout da van.

#### **Palácio da Abolição - Casa Civil**

Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles • CEP: 60.120-013  
Fortaleza / CE • Fone: (85) 3466.4000

2.4.30.10. O consumo de energia deve ser de até 20 kWh/mês, com classificação de eficiência energética classe A, buscando a economia de energia e menor demanda sobre o sistema elétrico da van.

2.4.30.11. O sistema de refrigeração deve ser de compressor hermético com potência nominal entre 65 W e 75 W, garantindo operação constante e estável, mesmo em condições de vibração e movimento.

2.4.30.12. A voltagem deve ser compatível com 220 V.

2.4.30.13. O cabo de alimentação deve ter comprimento mínimo de 1,5 metro para facilitar a conexão à rede elétrica da van.

#### **2.4.31. Cafeteira:**

2.4.31.1. A cafeteira será compatível com cápsulas e projetada para ser compacta, ideal para ambientes com espaço reduzido.

2.4.31.2. O equipamento oferecerá a preparação de uma ampla variedade de bebidas, como cafés, cappuccinos, chás e chocolates, com operação rápida e prática, essencial para otimizar o atendimento. Após a mistura da água com o pó da cápsula, o líquido passará exclusivamente por componentes descartáveis, garantindo que nenhuma peça fixa da máquina entre em contato direto com a bebida. Essa característica facilita a assepsia, eliminando resquícios da mistura no equipamento e tornando a limpeza mais prática e eficaz.

2.4.31.3. A cafeteira contará também com um design moderno, acabamento resistente e cores neutras ou preto, garantindo harmonia com o restante do ambiente:

2.4.31.3.1. Compatibilidade: Cápsulas

2.4.31.3.2. Largura: 110 a 150 mm

2.4.31.3.3. Altura: 270 a 300 mm

2.4.31.3.4. Profundidade: 250 a 300 mm

2.4.31.3.5. Pressão da Bomba de Água: 10 a 15 bar

2.4.31.3.6. Preparo de bebidas de 30 ml (expresso) a 300 ml (bebidas maiores)

2.4.31.3.7. Capacidade: 0,6 a 1 litro

2.4.31.3.8. Potência: 1300 a 1500 W

2.4.31.3.9. Voltagem: 220 V

2.4.31.3.10. Altura mínima para copos: 120 mm

2.4.31.3.11. Bandeja e compartimento de cápsulas removíveis

2.4.31.3.12. Após a mistura da água com o pó, o líquido passará por componentes descartáveis

2.4.31.3.13. Nenhuma peça fixa da máquina entrará em contato com a bebida, evitando resquícios e facilitando a assepsia

2.4.31.3.14. Desligamento automático após inatividade

2.4.31.3.15. Design moderno e resistente em cor neutra ou preto

#### **2.4.32. Roteador industrial com modem integrado:**

2.4.32.1. O roteador industrial 5G deve fornecer conectividade de alta velocidade e confiabilidade em ambientes móveis, suportando as mais recentes tecnologias de rede celular e Wi-Fi, além de oferecer recursos de segurança robustos e ampla faixa de temperatura de operação.

2.4.32.2. As dimensões do roteador devem estar entre 100 e 120 mm de largura, 50 e 70 mm de altura e 100 e 120 mm de profundidade, permitindo a instalação em espaços compactos.

2.4.32.3. O roteador deve ser compatível com redes 5G e 4G LTE Cat 6 ou superior, oferecendo suporte para as tecnologias de rede celular mais recentes.

2.4.32.4. As velocidades de download devem alcançar até 300 Mbps a 3 Gbps, dependendo da disponibilidade da rede e da tecnologia utilizada (5G ou 4G LTE).

2.4.32.5. O roteador deve suportar Dual SIM com alternância automática entre operadoras, garantindo redundância e maior disponibilidade de conexão em diferentes áreas de cobertura.

2.4.32.6. O roteador deve contar com Wi-Fi de banda dupla (2,4 GHz e 5 GHz) com tecnologia Wi-Fi 6 (802.11ax) ou Wi-Fi 5 (802.11ac). Wi-Fi 6 é preferível por oferecer melhor desempenho e eficiência.

2.4.32.7. O roteador deve suportar conexões simultâneas de até 128 dispositivos, permitindo o acesso de múltiplos usuários e equipamentos.

2.4.32.8. As velocidades de Wi-Fi devem alcançar até 1200 Mbps, proporcionando alta velocidade para as conexões sem fio.



- 2.4.32.9. O roteador deve incluir pelo menos 4 portas Gigabit Ethernet (RJ-45) para conectividade cabeada com dispositivos como câmeras, computadores e sistemas de monitoramento.
- 2.4.32.10. Deve possuir uma porta USB 2.0 ou 3.0 para conectar dispositivos adicionais, realizar configurações, atualizações de firmware ou compartilhar arquivos em rede.
- 2.4.32.11. Para melhor recepção de sinal, o roteador deve ter 2 antenas externas para 5G/4G e 2 antenas para Wi-Fi, todas removíveis e com conectores SMA ou similares, permitindo a substituição por antenas de maior ganho, se necessário.
- 2.4.32.12. O roteador deve incluir recursos de segurança robustos, como firewall integrado para proteção contra acessos não autorizados.
- 2.4.32.13. Deve suportar VPN (Virtual Private Network) com protocolos como IPSec, OpenVPN e WireGuard, garantindo conexões seguras e criptografadas.
- 2.4.32.14. Deve oferecer suporte para criptografia avançada, como AES-256, para proteger os dados transmitidos.
- 2.4.32.15. Deve possuir recursos de controle de acesso e configurações de segurança para restringir o acesso à rede e configurar permissões de usuário.
- 2.4.32.16. A alimentação deve ser compatível com uma fonte de 9 a 30 V DC, adequada para uso em veículos com sistemas elétricos de 12 V ou 24 V.
- 2.4.32.17. O roteador deve possuir proteção contra picos de tensão, evitando danos ao equipamento em caso de variações na rede elétrica do veículo.
- 2.4.32.18. O consumo médio de energia deve estar entre 7 e 12 W, buscando eficiência energética.
- 2.4.32.19. O roteador deve operar em uma ampla faixa de temperatura, de -40 °C a +75 °C, garantindo o funcionamento em diferentes condições climáticas.
- 2.4.32.20. O roteador deve ser projetado para montagem em superfície ou em trilho DIN, oferecendo opções de instalação flexíveis e seguras em veículos.

#### **2.4.33. Normativas:**

- 2.4.33.1. Todos os itens instalados na van devem estar em conformidade com as regulamentações vigentes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) durante a execução do processo. Isso inclui garantir que todos os componentes, mecanismos e sistemas atendam às exigências legais e de segurança estabelecidas pelas autoridades de trânsito.
- 2.4.33.2. Além disso, os itens implementados devem estar de acordo com as normativas brasileiras, incluindo as NBRs da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), as NRs do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e as normas SAE (Society of Automotive Engineers) sempre que possível. Isso assegura que os componentes atendam aos padrões de qualidade e segurança exigidos no Brasil, sem sobrepor as normativas nacionais.
- 2.4.33.3. Todos os itens devem ser instalados de acordo com as diretrizes e recomendações do fabricante, garantindo a correta funcionalidade e durabilidade dos componentes, além de evitar qualquer risco de falha ou não conformidade. O respeito a essas diretrizes é essencial para assegurar que os sistemas e equipamentos implementados na van funcionem corretamente e com segurança, atendendo aos padrões de qualidade e conformidade exigidos pelas regulamentações brasileiras.

#### **2.4.34. Responsabilidade técnica:**

##### **2.4.35. Sistema de telemetria com vídeo:**

- 2.4.35.1. O sistema de monitoramento veicular deve fornecer um serviço completo de rastreamento, telemetria e videomonitoramento remoto, com cobertura garantida por um período de um ano após a entrega do veículo. O objetivo é aumentar a segurança, otimizar o controle operacional e prevenir incidentes.
- 2.4.35.2. O sistema deve incluir uma plataforma de acompanhamento em tempo real, acessível via web e aplicativo móvel, permitindo o monitoramento remoto da localização do veículo, dados de telemetria (velocidade, consumo de combustível, nível de bateria, entre outros) e a transmissão de vídeo ao vivo e gravado.
- 2.4.35.3. A comunicação entre o veículo e a plataforma será realizada por meio de tecnologia 4G ou superior (considerar 5G, se disponível), com suporte a múltiplas operadoras para garantir a melhor cobertura possível.
- 2.4.35.4. O sistema deve armazenar as gravações de vídeo por um período mínimo 30 dias, com opção de download e backup.
- 2.4.35.5. O sistema de vídeo deve contar com uma tela dedicada no painel do motorista (ou integração com a central multimídia, se disponível), permitindo a visualização em tempo real das câmeras instaladas, com opções de visualização individual ou simultânea.

2.4.35.6. Câmera Interna (Compartimento de Atendimento – 1 unidade): Voltada para o compartimento de atendimento para monitoramento das operações e segurança. Deve possuir boa qualidade de imagem e áudio, com resolução mínima Full HD, campo de visão de pelo menos 90° e áudio claro e sem distorções

2.4.35.7. Câmera Traseira (1 unidade): Para auxiliar em manobras de estacionamento e fornecer visibilidade traseira. Deve possuir visão noturna.

2.4.35.8. Câmera Lateral (Área de Espera – 1 unidade): Posicionada para monitorar a área externa lateral da van, especialmente a área de espera, registrando movimentações e atividades. Deve ter um bom campo de visão.

2.4.35.9. Resolução de Vídeo: Mínimo 720p (HD), idealmente 1080p (Full HD) para melhor qualidade de imagem

2.4.35.10. Ângulo de Visão: Definir o ângulo de visão ideal para cada câmera, considerando a área que precisa ser coberta.

2.4.35.11. Visão Noturna: As câmeras externas e a interna, devem possuir visão noturna com infravermelho

2.4.35.12. Gravação em Loop: O sistema deve suportar gravação em loop contínuo, sobrescrevendo automaticamente as gravações mais antigas quando o espaço de armazenamento estiver cheio.

2.4.35.13. Sensor de Impacto (G-Sensor): Detecta colisões ou freadas bruscas, gravando automaticamente esses eventos em arquivos separados.

2.4.35.14. Microfone: As câmeras internas devem possuir microfone para gravação de áudio, com opção de ativação/desativação.

2.4.35.15. O sistema deve gerar alertas configuráveis para eventos como excesso de velocidade, frenagens/acelerações bruscas, desvio de rota, entrada/saída de áreas delimitadas (geofencing), detecção de comportamentos de risco do motorista e outros eventos relevantes. As notificações devem ser enviadas para a plataforma e, opcionalmente, via SMS ou e-mail.

2.4.35.16. Geofencing (Cercas Virtuais): Permite delimitar áreas geográficas virtuais e receber alertas quando o veículo entra ou sai dessas áreas.

2.4.35.17. A plataforma deve gerar relatórios personalizáveis com dados de telemetria, eventos de vídeo e histórico de localização, permitindo análise do desempenho do veículo, comportamento do motorista e otimização de rotas.

2.4.35.18. O sistema deve garantir a privacidade dos dados e o cumprimento da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), com recursos como criptografia de dados, controle de acesso por usuários e anonimização de imagens, quando necessário.

## **2.5. Da Matriz de Risco**

2.5.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

2.5.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

2.5.2.1. Atrasos administrativos decorrentes de emissão tardia da ordem de fornecimento ou de documentos necessários à execução contratual;

2.5.2.2. Alterações unilaterais promovidas pela Administração que impliquem necessidade de readequação técnica ou cronograma;

2.5.2.3. Impossibilidade de recebimento do objeto por motivo de caso fortuito ou força maior atribuível à Administração.

2.5.3. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

2.35.3.1. Atrasos na entrega dos veículos em razão de dificuldades de produção, adaptação ou logística não vinculadas à Administração;

2.35.3.2. Fornecimento de bens em desconformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência;

2.35.3.3. Despesas referentes a transporte, seguro, emplacamento, licenciamento, tributos e demais encargos até o recebimento definitivo.

## **3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 1(um) ano, contado da sua publicação no Diário Oficial do Estado, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

## **4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1.1. A aquisição de 02 (duas) unidades de veículos tipo van furgão com adaptações especiais, destinadas à

**Palácio da Abolição – Casa Civil**

Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles • CEP: 60.120-013

Fortaleza / CE • Fone: (85) 3466.4000

implantação de unidades móveis de atendimento e inclusão social, com infraestrutura física e tecnológica adequada ao atendimento itinerante de políticas públicas, especialmente voltadas a ações de cidadania, acessibilidade e inclusão, visa subsidiar as ações executadas no âmbito do Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PReVio), e justifica-se pela consolidação das necessidades operacionais de múltiplos projetos integrantes do PReVio, distribuídos entre os quatro componentes beneficiários do Contrato de Empréstimo nº 5237/OC-BR.

4.1.2. O Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PReVio) demanda a execução de ações em diferentes localidades, abrangendo os dez municípios de sua área de atuação. Essas atividades requerem condições adequadas de mobilidade e logística, tendo em vista que quatro municípios estão situados na Região Metropolitana, enquanto os demais apresentam distâncias de até 507 km da capital.

4.1.3. Para assegurar o acompanhamento, o monitoramento e a execução das atividades previstas, a equipe do projeto necessita realizar deslocamentos periódicos, o que exige a disponibilização de veículos seguros, devidamente adaptados e capazes de atender às demandas operacionais e de suporte ao atendimento ao público.

4.1.4. Atualmente, a ausência de veículos adequados gera limitações operacionais, refletidas na dependência de espaços físicos disponibilizados por parceiros locais, os quais, em muitos casos, não dispõem de infraestrutura mínima necessária. Soma-se a isso a restrição em oferecer atendimentos com condições adequadas de acessibilidade, privacidade e conforto. Tais limitações comprometem a plena execução das ações do Programa, especialmente no que se refere às atividades de articulação, bem como à realização de atendimentos, orientações e encaminhamentos da população beneficiária aos serviços essenciais.

4.1.5. Dessa forma, a aquisição de veículos do tipo van com adaptações especiais têm por finalidade assegurar a agilidade, a qualidade, a eficiência e a flexibilidade operacional necessárias para o alcance dos objetivos do Programa. Considerando as longas distâncias entre os municípios de atuação, a necessidade de segurança no transporte, a celeridade nos deslocamentos e o cuidado com a equipe — especialmente em trajetos que podem alcançar até 7 (sete) horas — reforça-se a pertinência da aquisição de veículos que atendam às especificações técnicas indicadas.

4.1.6. Esses veículos possibilitarão ampliar, de maneira programada e planejada, a presença institucional do PReVio nos territórios, garantindo maior capilaridade no atendimento, superando barreiras logísticas e promovendo acessibilidade e inclusão social.

4.1.7. Adicionalmente, destaca-se que a mobilidade constitui fator crítico para a efetividade das ações de prevenção e redução da violência. Em situações de crise social, agravamento de vulnerabilidades ou emergências humanitárias — como desastres naturais ou pandemias —, a capacidade de realizar atendimentos de forma rápida e eficaz torna-se essencial para evitar riscos de desassistência e intensificação de conflitos.

4.1.8. Veículos adaptados permitirão à Casa Civil atuar de forma célere e segura junto aos territórios, assegurando o acesso da população a serviços de cidadania, saúde, educação e apoio psicossocial, além de viabilizar a articulação com redes locais de proteção em contextos adversos, sempre que necessário.

4.1.9. A aquisição é, portanto, essencial para que o órgão executor possa implementar, com qualidade e tempestividade, as ações finalísticas do PReVio, alinhadas aos objetivos institucionais de promoção do desenvolvimento territorial, inclusão social e fortalecimento da cidadania.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

5.1. O objeto da licitação é a aquisição de 02 (duas) unidades de veículos tipo van furgão com adaptações especiais, destinadas à implantação de unidades móveis de atendimento e inclusão social, com infraestrutura física e tecnológica adequada ao atendimento itinerante de políticas públicas, especialmente voltadas a ações de cidadania, acessibilidade e inclusão, no âmbito do Programa Integrado de Prevenção e Redução de Violência – PReVio.

5.1.1. O detalhamento das especificações do objeto está descrito no item 2.4 deste Termo de Referência.

5.2. A natureza do objeto é adquirir bens permanentes móveis (veículos furgão adaptados), com fornecimento integral, sendo estes destinados ao uso institucional itinerante, atuando como instrumento de execução de políticas públicas voltadas à prevenção da violência, inclusão social e cidadania.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. Subcontratação**

6.1.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

6.1.1.1. É vedada a subcontratação integral ou da parcela principal da obrigação.

6.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.1.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6.2. Garantia contratual**

6.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **6.3. Sustentabilidade**

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.3.2. Priorizar veículos com menor emissão de poluentes e melhor desempenho energético, conforme padrões do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), sempre que disponível;

6.3.3. Garantir que materiais e equipamentos utilizados nas adaptações e instalações da unidade móvel atendam a critérios de durabilidade, eficiência energética e reduzido impacto ambiental, sempre que tecnicamente viável;

6.3.4. Os fornecedores deverão observar práticas sustentáveis na cadeia de fornecimento, como a destinação ambientalmente adequada de resíduos e rejeitos, em especial os gerados durante o processo de adaptação, transporte ou entrega do objeto contratado;

6.3.5. Adotar, sempre que possível, o uso de materiais recicláveis ou com conteúdo reciclado e/ou certificações ambientais reconhecidas;

6.3.6. Reduzir o uso de insumos não renováveis e promover a eficiência no uso de energia e recursos naturais, tanto durante a fabricação quanto na vida útil do bem adquirido;

6.3.7. Os veículos devem ser entregues com os pneus devidamente calibrados, a fim de reduzir o consumo de combustível no transporte e entrega, e sem o uso de materiais de embalagem excessivos ou desnecessários;

6.3.8. A contratada deverá observar os princípios de logística reversa, quando aplicável, em conformidade com o Decreto nº 10.936/2022 e outras normas vigentes, responsabilizando-se pela destinação adequada dos resíduos gerados.

## **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 06 (seis) meses, contado a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **7.2. Condições de Entrega**

7.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue no município de Fortaleza em local a ser definido pela Casa Civil, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo, no prazo de 06 (seis) meses, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, nos horários e dias estabelecidos no respectivo documento.

7.2.2. A quantidade ou prazo da entrega excepcionalmente poderão sofrer alterações por parte do contratante, devendo o contratado ser informado de forma antecipada de no mínimo 15 (quinze) dias antes do prazo previsto para entrega.

7.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.3.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

### **7.3. Da Garantia, manutenção e assistência técnica**

#### **Palácio da Abolição - Casa Civil**

Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles • CEP: 60.120-013  
Fortaleza / CE • Fone: (85) 3466.4000



7.3.1. O prazo de garantia do bem objeto da contratação é aquele estabelecido pelo fabricante nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.3.2. O prazo de garantia do bem objeto da contratação será estendido por mais 12 (doze) meses, contado da data do término da garantia legal.

7.3.3. A garantia será prestada com vistas a manter os bens ou produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

7.3.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.3.4.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

7.3.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.3.6. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências do contratante pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

7.3.6.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

7.3.7. Na hipótese do subitem 7.3.5, o contratado deverá disponibilizar produto ou equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.3.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

7.3.9. O custo referente ao transporte dos bens ou equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

7.3.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7.3.11. A garantia oferecida pelo licitante será total, cobrindo tanto o veículo quanto os acessórios e equipamentos instalados. Esta garantia não substitui nem exclui a garantia do fabricante, conforme manual do proprietário, que se mantém válida para os componentes principais do veículo, como motor, caixa de marcha, suspensão, entre outros itens essenciais.

7.3.12. É vedada à CONTRATADA opor qualquer restrição de assistência técnica constante no manual do fabricante ou em outro instrumento da fábrica, cuja participação no certame configura plena aceitação das condições exigidas.

7.3.13. É vedada a elaboração de manual de proprietário exclusivo para os veículos objeto da presente contratação com termos distintos daqueles fornecidos aos proprietários particulares do mesmo modelo do veículo.

7.3.14. Os equipamentos a serem fornecidos com os veículos estarão acompanhados de seus respectivos certificados e condições de garantia.

7.3.15. Cabendo ainda à Contratada:

7.3.16. Realizar as primeiras revisões periódicas constantes do Manual do Proprietário, arcando com todas as despesas de mão de obra e peças referentes, ao longo do primeiro ano após a emissão do termo de recebimento definitivo.

7.3.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 1990, substituindo, reparando ou corrigindo, às suas expensas, todo e qualquer avaria ou defeitos.

7.3.18. Fornecer os manuais de garantia, manutenção e operação do veículo, versão em português, e indicação do prestador da assistência técnica autorizada.

7.3.19. Possuir rede de concessionárias e/ou oficinas credenciadas no Estado do Ceará na cidade de Fortaleza e Região Metropolitana de modo a possibilitar a assistência técnica e a execução da garantia, caso necessária.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**



- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.
- 8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Recebimento do Objeto**

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, junto a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta, nos termos do art. 140, II, “a” da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9.2. Liquidação**

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.5 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **9.3. Prazo de pagamento**

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## **9.4. Forma de pagamento**

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **9.5. Antecipação de Pagamento**

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.10. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

11.10.1. Atender aos requisitos de eficiência energética e emissões veiculares estabelecidos por normas brasileiras, como o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), caso aplicável;

11.10.2. Cumprir as obrigações previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), especialmente no que se refere à logística reversa de peças ou componentes substituídos;

11.10.3. Observar princípios de responsabilidade socioambiental, considerando também critérios de acessibilidade, inclusão e segurança durante toda a vida útil do bem fornecido.

11.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.15. Comprovar, na forma do subitem 12.6.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.19. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica por meio das oficinas autorizadas indicadas pelo fornecedor, localizadas na cidade de Fortaleza e Região Metropolitana

## **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

#### **Palácio da Abolição – Casa Civil**

Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles • CEP: 60.120-013  
Fortaleza / CE • Fone: (85) 3466.4000



12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

#### **Qualificação técnica**

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, consistirá em:

12.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, em características e quantidade com o objeto da licitação por meio da apresentação de certidão(os) ou atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

12.4.1. Para fins da comprovação de quantidade de que trata este, os atestados deverão demonstrar o fornecimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado.

12.5. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional, nos termos do inciso I e § 6º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, consistirá:

12.5.1. A contratada deve apresentar o CAT (Certificado de Acervo Técnico) devidamente certificado do profissional responsável pela adaptação veicular, junto a uma declaração formal, na qual o responsável se compromete a emitir a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para o serviço de adaptação do veículo que será contratado. A ART é essencial para garantir a legalidade e a conformidade técnica do trabalho executado, assegurando que o profissional que realizará a adaptação possui a qualificação necessária e assume a responsabilidade técnica sobre o projeto e sua execução

#### **Habilitações fiscal, social e trabalhista**

12.6. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.6.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.6.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.6.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.6.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.6.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.6.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Palácio da Abolição – Casa Civil**

Avenida Barão de Studart, 505 – Meireles • CEP: 60.120-013  
Fortaleza / CE • Fone: (85) 3466.4000



12.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.9. Os documentos enumerados no subitem 12.6, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto à comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.6.3, 12.6.4 e 12.6.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.10. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.12. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.13. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.14. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

#### **Habilitação econômico-financeira**

12.15. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.16. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.17. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

#### **13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

13.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

30100014.14.422.169.12248.03.449052.1.754.3220059.1.4.01

30100014.14.422.169.12248.03.449052.2.754.3220059.1.4.01

#### **14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

ANEXO A – ADAPTAÇÃO PARA O EQUIPAMENTO DE ATENDIMENTO

ANEXO B – MODELO PADRONIZAÇÃO VISUAL MERAMENTE ILUSTRATIVO

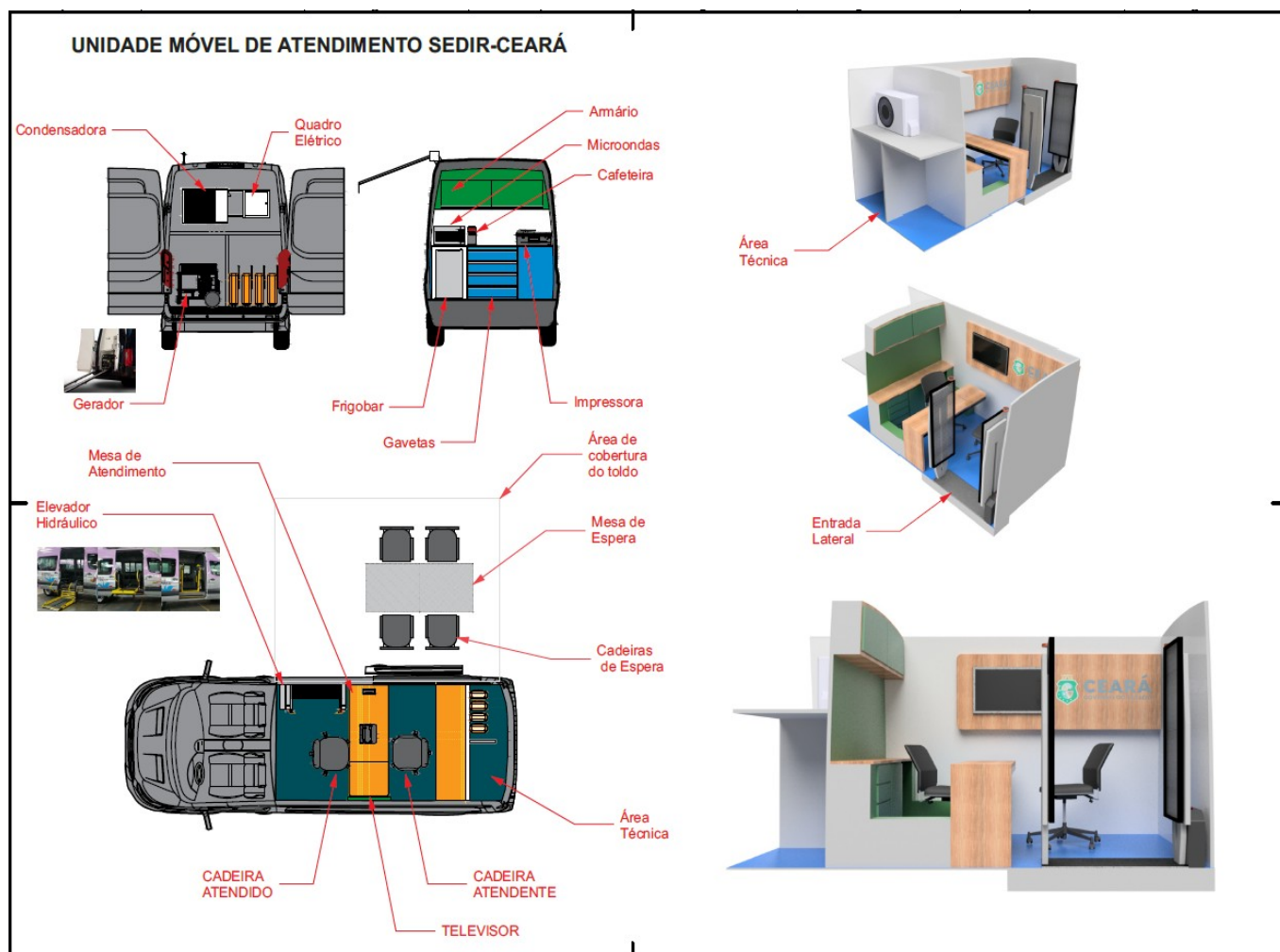
ANEXO C – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE VEÍCULO

ANEXO D – I CHECKLIST VEÍCULO

ANEXO E – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE VEÍCULO

ANEXO F – II CHECK LIST VEICULO

## ANEXO A – ADAPTAÇÃO PARA O EQUIPAMENTO DE ATENDIMENTO



ANEXO B – MODELO PADRONIZAÇÃO VISUAL MERAMENTE ILUSTRATIVO



## ANEXO C – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE VEÍCULO

Declaramos, para os devidos fins, que os servidores signatários estiveram neste órgão, na data de XX/XX/XXXX para realizar o recebimento provisório dos veículos do tipo XXXXXXXXXXXXXXXX, conforme termos constantes do Processo nº 30001.015775/2025-05.

O Recebimento Provisório do(s) veículo(s) foi realizado de forma integral, na data especificada e em local indicado pela Contratada, conforme Termo de Referência, ocorrendo no prazo estipulado no mesmo de 120 (cento e vinte) dias a partir da assinatura do contrato.

Dentro de suas atribuições, os servidores designados avaliaram que os veículos atendem aos requisitos especificados no Pregão Eletrônico Nº 20250029 – CASA CIVIL, no Termo de Referência e demais instrumentos, conforme demonstrado no(s) Check-List anexo(s), não havendo discrepância entre o objeto contratado e o entregue nos quesitos do Termo de Referência, tampouco se verificou a existência de avarias ou irregularidades, não havendo a necessidade de acionar a Contratada para correção de itens ou substituição de veículos, conforme previsto no Termo de Referência.

Conforme o Termo de Referência, o recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, tão pouco o aceite ora realizado dos veículos pela Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor pelos vícios de quantidade e qualidade dos veículos ou disparidades com as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, verificadas posteriormente.

Por fim, registra-se que o Recebimento Provisório foi realizado em conformidade com o Termo de Referência do Pregão Eletrônico Nº 20250029 – CASA CIVIL, para fins de acompanhamento do recebimento dos produtos decorrentes das aquisições, sendo o respectivo documento assinado por, no mínimo, dois servidores designados por esta Secretaria.

-----  
Assinatura

-----  
Assinatura

## ANEXO D – I CHECK LIST VEÍCULO

Contrato Administrativo nº \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_, assinado em \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Contratante: Casa Civil do Estado do Ceará

Contratada: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_

End.: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

DATA CONFERÊNCIA: \_\_\_\_\_

<b>Servidor:</b>		<b>Rúbrica</b> :	
<b>Servidor:</b>		<b>Rúbrica</b> :	
<b>Servidor:</b>		<b>Rúbrica</b> :	
<b>Nº Chassi:</b>			
<b>Funcional</b>			
<b>ITENS EXTERNOS:</b>			
1. Limpador de parabrisa		15. Sistema de Direção Hidráulica ou elétrica ou superior	30. Jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete na cabine do motorista
2. Esguicho do limpador		16. Transmissão automática preferencial, mas não obrigatória, ou manual (mecânica) com 05 marchas a frente e uma ré	<b>ITENS REVISÃO GERAL</b>
3. Faróis Alto/Baixo		17. Airbags, no mínimo 2 parte dianteira	31. Capacidade mínima para 09 passageiros +01 motorista + 01 cadeirante
4. Luz pisca-pisca		18. Cinto de segurança tipo 3 pontos para todos os ocupantes	32. Cor branca com padronização visual da Casa Civil do Governo do Estado do Ceará
5. Luzes Ré		19. Travas Elétricas	33. Motorização Potência no mínimo 150CV
6. Luz de Freio		20. Acionamento elétrico dos vidros das portas dianteiras	34. Combustível Diesel
7. Rodas de aço estampado ou liga leve		21. Bancos revestidos em tecido e apoio de cabeça para todos os assentos	35. Plataforma Elevatória
8. Medida das rodas: aro 16" (R16) ou superior		22. Ar condicionado convencional ou digital (cabine e salão) de fábrica	36. Espaço cadeira de roda
9. Freio a disco nas rodas dianteiras.		23. Sensores de aproximação no para-	37. Película Automotiva de alta qualidade, que oferece



		choque traseiro, com opcional de câmera		proteção solar e segurança.	
<b>ITENS INTERNOS:</b>		<b>ITENS ACESSÓRIOS:</b>		<b>Irregularidades constatadas (informar nº do item e descrever o problema):</b>	
10. Teclas do Painel		24. Chave de Rodas			
11. Iluminação Interna		25. Manual do Proprietário			
12. Iluminação do Painel		26. Chaves Reserva			
13. Espelho Interno		27. Estepe			
14. Ajuste dos retrovisores externos pela parte interna do veículo		28. Macaco			
		29. Triângulo			

-----  
Assinatura

-----  
Assinatura

## ANEXO E – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE VEÍCULO

Declaramos, para os devidos fins, que os servidores signatários estavam nesta XXXXXXXX, na data de XX/XX/XXXX para realizar o recebimento definitivo dos veículos do tipo XXXXXXXXXXXX, conforme Processo nº 30001.015775/2025-05, referente Pregão Eletrônico Nº 20250029 – CASA CIVIL.

O Recebimento Definitivo do(s) veículo(s) foi realizado preferencialmente na data especificada e em local indicado pela Contratada, conforme Termo de Referência, procedendo-se, para tanto, o recebimento definitivo dentro dos prazos estipulados também no Termo de Referência, contados do recebimento provisório.

Dentro de suas atribuições, os servidores designados por esta secretaria avaliaram que os veículos atendem aos requisitos especificados no Pregão Eletrônico Nº 20250029 – CASA CIVIL, no Termo de Referência e demais instrumentos, conforme demonstrado no(s) Check-List anexo(s), não havendo discrepância entre o objeto contratado e o entregue nos quesitos do Termo de Referência, tampouco se verificou a existência de avarias ou irregularidades, não havendo a necessidade de acionar a Contratada para correção de itens ou substituição de veículos, conforme previsto no Termo de Referência.

Conforme o Termo de Referência, o recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, tão pouco o aceite ora realizado dos veículos pela Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor pelos vícios de quantidade e qualidade dos veículos ou disparidades com as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, verificadas posteriormente.

Por fim, registra-se que o Recebimento Definitivo foi realizado em conformidade com o Termo de Referência do Pregão Eletrônico Nº 20250029 – CASA CIVIL, para fins de acompanhamento do recebimento dos produtos decorrentes das aquisições, sendo o respectivo documento assinado por, no mínimo, dois servidores designados por este órgão.

-----  
Assinatura

-----  
Assinatura

## ANEXO F – II CHECK LIST VEICULO

DATA CONFERÊNCIA:

SERVIDOR:		RÚBRICA:	
VEÍCULO MODELO:			
MARCA:			
PLACA:		CHASSI:	
ENDEREÇO:			

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	SIM	NÃO
1	VEÍCULO EMPLACADO		
2	EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS		
3	PARTE ELÉTRICA EM FUNCIONAMENTO		
4	INTERIOR DO VEÍCULO ATENDE REQUISITOS MÍNIMOS DE CONFORTO E CONVENIÊNCIA		
5	VEICULO COR BRANCA COM PADRONIZAÇÃO VISUAL DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ		
6	VEÍCULO COM MANUAL		
7	CHAVE RESERVA		
8	ÁREA EXTERNA " AVARIAS"		
9	PLATAFORMA ELEVATÓRIA APRESENTA DEFEITO/ FALHAS		

-----  
Assinatura

-----  
Assinatura

## ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 20250029 – CASA CIVIL

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

### 1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

### 2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados da data de sua emissão.
- O bem objeto da contratação terá garantia de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

### 3. Formação do Preço

ITEM _____						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$						
Valor por extenso (_____)						

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal  
(Nome e cargo)

### ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº \_\_\_\_ / 20\_\_ –

Processo nº 30001.015775/2025-05

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A \_\_\_\_\_ E (O) A \_\_\_\_\_, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O(A \_\_\_\_\_, situada(o) na \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, e a \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Fone: \_\_\_\_\_, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico Nº 20250029 – CASA CIVIL, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Pregão Eletrônico Nº 20250029 – CASA CIVIL, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de 02 (duas) unidades de veículos tipo van furgão com adaptações especiais, destinadas à implantação de unidades móveis de atendimento e inclusão social, com infraestrutura física e tecnológica adequada ao atendimento itinerante de políticas públicas, especialmente voltadas a ações de cidadania, acessibilidade e inclusão, no âmbito do Programa Integrado de Prevenção e Redução de Violência – PReVio, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 1 (um) ano, contado da sua publicação no Diário Oficial do Estado, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. A forma de fornecimento será integral.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

5.3. Os riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE e CONTRATADO se encontram descritos no subitem 2.5 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO**

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 24/09/2025.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento dos bens especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento

contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas,

11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador) aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou fornecedores que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizada para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- 13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

### **13.2.4. Multa:**

13.2.4.1. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.4.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4.4. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.6.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

13.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.



II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotações abaixo discriminadas, conforme o caso:

30100014.14.422.169.12248.03.449052.1.754.3220059.1.4.01

30100014.14.422.169.12248.03.449052.2.754.3220059.1.4.01

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PRÁTICAS PROIBITIVAS**

19.1 O Banco exige que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras e Agências Contratantes, bem como, todas as empresas, entidades ou indivíduos que estejam atuando como proponentes ou participando de atividades financiadas pelo Banco incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores de bens e concessionários (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), aderem os mais altos padrões éticos e denunciem ao Banco qualquer ato suspeito de Práticas Proibidas sobre as quais tenham conhecimento ou venham tomar conhecimento tanto durante o processo de licitação e durante a negociação ou na execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem: (i) práticas corruptas; (ii) práticas fraudulentas; (iii) práticas coercitivas; (iv) práticas colusivas; (v) práticas obstrutivas e (vi) apropriação indébita. O Banco estabeleceu mecanismos para denunciar suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser encaminhada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também tem adotado procedimentos de sanções para julgar casos. Além disso, o Banco firmou com outras Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) um acordo de reconhecimento mútuo de decisões de exclusão.



(a) O Banco define, para os fins desta disposição, os seguintes termos:

- (i) uma *prática corrupta* consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;
- (ii) uma *prática fraudulenta* é qualquer ato ou omissão, incluindo a tergiversação de fatos ou circunstâncias que deliberada ou imprudentemente engane ou tente enganar, uma parte para obter um benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar cumprir uma obrigação;
- (iii) uma *prática coercitiva* consiste em prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (iv) uma *prática colusiva* é um acordo entre duas ou mais partes com o intuito de alcançar um propósito impróprio, inclusive influenciar inapropriadamente as ações de outra parte;

(v) Uma *prática obstrutiva* é:

- destruir, falsificar, alterar ou ocultar evidências significativas de uma investigação do Grupo BID ou prestar declarações falsas aos investigadores com a intenção de obstruir uma investigação do Grupo BID;
- ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte interessada para impedi-la de revelar seu conhecimento sobre assuntos relevantes para uma investigação do Grupo BID ou ao seu prosseguimento; ou
- atos que visem impedir o exercício dos direitos contratuais de auditoria ou inspeção do Grupo BID previstos no item 19.1 (f) abaixo ou seus direitos de acesso à informação; e

(vi) uma *apropriação indébita* consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito impróprio ou não autorizado, cometido intencionalmente ou por negligência grave.

(b) Se o Banco determinar que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou indivíduo que concorra ou participe de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita) envolvidos em uma Prática Proibida, o Banco poderá:

- (i) não financiar nenhuma recomendação de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços correlatos financiados pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um funcionário, agente ou representante do Mutuário, da Agência Executora ou Agência Contratante se envolveu em Prática Proibida;
- (iii) declarar a Aquisição Viciada (*Misprocurement*) e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento da parte do empréstimo ou da doação destinada a um contrato, quando houver evidências de que o representante do Mutuário ou do Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, fornecer a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;
- (iv) emitir uma advertência à empresa, entidade ou indivíduo através de uma carta formal de censura por sua conduta;
- (v) declarar que uma empresa, entidade ou indivíduo é inelegível, permanentemente ou por um prazo determinado, para: (i) receber ou participar em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) ser

- designado<sup>1</sup> como subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de uma empresa elegível à qual tenha sido adjudicado um contrato financiado pelo Banco;
- (vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes, encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou
  - (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas sob as circunstâncias, incluindo a imposição de multas que representem o reembolso do Banco pelos custos associados às investigações e procedimentos. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções mencionadas acima.
- (c) As disposições dos incisos (i) e (ii) do item 19.1 (b) serão aplicadas, também, quando tais partes tiverem sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, enquanto aguardam a decisão definitiva de um processo de sanção ou de qualquer outra resolução.
- (d) A imposição de qualquer ação a ser tomada pelo Banco de acordo com as disposições acima mencionadas, será pública.
- (e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que concorra ou participe de uma atividade financiada pelo Banco incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratante (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), podem estar sujeitos a sanções baseadas nos acordos que o Banco possa ter com outras IFIs em relação ao reconhecimento mútuo de decisões de exclusão. Para fins deste parágrafo, o termo "sanção" incluirá qualquer exclusão, condições sobre futuras contratações ou qualquer ação divulgada publicamente em resposta a uma violação da estrutura aplicável de uma IFI para tratar de alegações de Práticas Proibidas.
- (f) O Banco exige que seja incluída uma disposição nos documentos de licitação e nos contratos financiados com um empréstimo ou doação do Banco, exigindo que os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários, permitam que o Banco inspecione todas e quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de ofertas e execução de contrato bem como que sejam auditados por auditores nomeados pelo Banco. No âmbito desta política, os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários devem prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco terá também o direito de requerer que, nos contratos por ele financiados com um empréstimo ou doação incluam uma disposição que obrigue os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários a: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam quaisquer documentos necessários à investigação de alegações de Práticas Proibidas; e assegurem que funcionários ou agentes dos requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços ou concessionários que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às questões dos funcionários do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor relacionado com a investigação devidamente designado. Caso o requerente, licitante, proponente, fornecedor de bens e seus agentes, empreiteiro, consultor, funcionários, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário se recusem a cooperar e/ou descumpram o exigido pelo Banco ou obstruam de qualquer forma, a investigação, o Banco, a seu critério exclusivo, pode tomar as medidas apropriadas contra o requerente, licitante, proponente, fornecedor de bens e seus agentes, empreiteiro, consultor, funcionários, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário.
- (g) O Banco exigirá que, quando um Mutuário selecionar uma agência especializada para fornecer serviços de assistência técnica, todas as disposições relacionadas às Práticas Proibidas e as sanções

<sup>1</sup> Um subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços nomeado (nomes diferentes podem ser utilizados dependendo do documento de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e *know-how* específicos e cruciais que permitem ao licitante atender às exigências de qualificação para a licitação em questão; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

correspondentes, serão aplicadas integralmente aos requerentes, licitantes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços ou fornecedores de bens, (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), ou qualquer outra entidade que tenha assinado contratos com essa agência especializada para fornecer bens ou prestar serviços correlatos relacionados com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco mantém o direito de exigir que o Mutuário invoque recursos tais como suspensão ou extinção. As agências especializadas deverão consultar a lista do Banco de empresas e indivíduos suspensos ou excluídos. No caso de uma agência especializada assinar um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou com um indivíduo suspenso ou excluído pelo Banco, o Banco não financiará as despesas relacionadas e aplicará outras medidas conforme apropriado.

19.2 Com a concordância específica do Banco, além da Lista do Banco de Empresas e Indivíduos Sancionados, o Mutuário pode introduzir, nos formulários da Oferta e para contratos financiados pelo Banco, um compromisso do Licitante de observar, ao concorrer e executar um contrato, as leis e o sistema de sanções do país contra Práticas Proibidas (incluindo suborno) e os regulamentos e sanções de um organismo de desenvolvimento multilateral/bilateral ou organização internacional, atuando como cofinanciador, relacionados a práticas proibidas, se aplicável, conforme listado nos documentos de licitação. O Banco aceitará a introdução de tal compromisso a pedido do país Mutuário, desde que as disposições que regem tal requisito sejam satisfatórias para o Banco)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

19.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

19.2. A execução contratual será acompanhada pelo Gestor do Contrato o servidor \_\_\_\_\_, Matrícula: \_\_\_\_\_, representante especialmente designado para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

19.3. A execução contratual será fiscalizada pela Fiscal Administrativa do Contrato o servidor \_\_\_\_\_, Matrícula: \_\_\_\_\_, e o Fiscal Técnico do Contrato o servidor \_\_\_\_\_, Matrícula: \_\_\_\_\_, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

(nome do representante)

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

(nome da testemunha 2)

RG:

RG:

CPF:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)